

13 CONGRESSO
NAS NOSSAS MÃOS
O MUNDO NOVO
ORGANIZAR · UNIR · LUTAR
17 E 18 DE MAIO 2025 - PAVILHÃO CARLOS QUEIROZ, OEIRAS



**PROJECTO
DE RESOLUÇÃO
POLÍTICA**



**JUVENTUDE
COMUNISTA
PORTUGUESA**

Estamos a construir o 13.º Congresso da JCP! O Congresso da JCP é construído com a participação de todos os militantes e amigos da JCP.

O Projecto de Resolução Política, aprovado na reunião da Direcção Nacional da JCP de 18 e 19 de Janeiro, é um documento de base para a discussão, que será enriquecido com as opiniões e alterações que resultaram da discussão colectiva na JCP. Para tal importa a realização de reuniões de colectivos, de todos os organismos, de realização de plenários, assim como o envio das contribuições individuais que cada um tenha a dar ao Projecto de Resolução Política do 13.º Congresso da JCP.

Cada contribuição, opinião, proposta de alteração enriquece este documento. Com a contribuição de todos estaremos em condições para que a Resolução Política sirva de guia para a acção para os próximos anos, faça a avaliação da situação nacional e internacional, na Parte I, e trace as orientações e medidas a tomar, na Parte II.



Índice

Parte I – O mundo em que vivemos.....	5
1. Caracterização da Situação Internacional.....	5
1.1. A luta contra o imperialismo e o relacionamento internacional da JCP	8
1.2. Socialismo, futuro da Humanidade	10
2. A Vida da Juventude.....	11
2.1. Situação da Educação.....	12
2.2. Ensino Secundário	12
2.3. Ensino Profissional	15
2.4. Ensino Superior	17
2.5. Situação dos Jovens Trabalhadores.....	20
2.6. Outras Áreas da Vida da Juventude	22
3. A Ofensiva Ideológica.....	29
Parte II – Organizar, Unir, Lutar.....	33
4. O Movimento Juvenil e a JCP	33
4.1.1. Movimento Estudantil no Ensino Secundário	34
4.1.2. Movimento Estudantil no Ensino Profissional.....	37
4.1.3. Movimento Estudantil no Ensino Superior	38
4.2. Movimento da Juventude Trabalhadora.....	42
4.3. Outras expressões do Movimento Juvenil	44
4.4. O Trabalho de Direcção e Organização da JCP	46

Os 13 objectivos do 13.º Congresso da JCP

O Congresso não são só os dias 17 e 18 de Maio. O Congresso é, também, todo o processo de discussão e trabalho que realizamos para cumprir com os 13 objectivos do 13.º Congresso da JCP.

Estes são os objectivos para discutir e concretizar em linhas de trabalho específicas e criativas em cada colectivo e região:

- Construir o Congresso em ligação à realidade, vida, dinâmicas e reivindicações da juventude, fazer o balanço da intervenção realizada e definir orientações gerais para o trabalho e a organização, contribuir para o desenvolvimento da luta e para o reforço do movimento juvenil.
- Afirmar a organização do Ensino Secundário como a prioridade da JCP e aprofundar a reflexão e intervenção sobre a via profissionalizante.
- Reforçar a organização no Ensino Profissional, no Ensino Superior Politécnico e progredir na intervenção junto dos jovens trabalhadores.
- Reforçar a organização, com novos recrutamentos, priorizando a reactivação e criação de colectivos de base e responsabilizando mais quadros por tarefas regulares.
- Aumentar a capacidade de acção e iniciativa das organizações regionais, avançando na sua estruturação.
- Fortalecer o carácter de massas da JCP, o seu papel de vanguarda e o papel agitador dos militantes comunistas na sua escola ou local de trabalho, com iniciativa, coragem, criatividade e alegria.
- Discutir e definir os locais prioritários de intervenção, assegurando o carácter juvenil da organização e a intervenção a partir dos problemas concretos.
- Desenvolver o trabalho em unidade nas diversas expressões do movimento juvenil - espaço de organização e ampliação da luta - com destaque para o Movimento Associativo Estudantil e o Movimento Sindical Unitário, reforçando a influência dos comunistas.
- Avançar nos hábitos regulares de recolha financeira, organizar e sistematizar o trabalho, elevando a capacidade de recolha e a compreensão dos militantes sobre

a centralidade desta tarefa para a independência ideológica e a atividade regular da JCP.

- Afirmar a Federação Mundial da Juventude Democrática, no quadro da unidade anti-imperialista e na luta pela paz e o desarmamento, reforçando os laços com as organizações juvenis comunistas, progressistas e anti-imperialistas do mundo.
- Defender os direitos e liberdades democráticas, desenvolver o combate à ofensiva ideológica, reforçar os meios próprios de difusão de pensamento e propaganda da JCP e elevar a formação ideológica dos militantes.
- Reflectir sobre o papel do AGIT e tomar medidas quanto à sua estruturação, organização e massificação.
- Afirmar, enquanto expressão das reais aspirações da juventude, os valores e conquistas da Revolução de Abril, o projecto e o ideal comunistas, da superação revolucionária do capitalismo, com a luta pela ruptura com a política de direita, a construção de uma Democracia Avançada, o Socialismo e Comunismo.

Parte I – O mundo em que vivemos

1. Caracterização da Situação Internacional

Vivemos tempos de profundas contradições. A crise estrutural do capitalismo, a política de confrontação e guerra do imperialismo, o processo de rearrumação de forças no plano mundial e a luta da juventude e dos povos pelos seus sonhos e aspirações são traços principais da situação internacional.

A **crise estrutural do capitalismo que se evidencia a cada dia que passa**, a crescente dificuldade do imperialismo norte-americano em manter o seu poder hegemónico, o agravamento da natureza belicista do poder norte-americano, o reforço da NATO como estrutura ofensiva, a crescente dificuldade dos EUA e dos seus aliados do G7 e da União Europeia (UE) em contrariar a **queda tendencial da taxa de lucro** nas suas economias, o declínio relativo da influência económica e social do imperialismo e o desenvolvimento e crescimento de economias de países não submissos às suas imposições, são traços que é preciso ter em conta na evolução actual do capitalismo.

No plano mundial decorre um amplo **processo de rearrumação de forças** no qual, para além do destacado papel da República Popular da China, intervêm forças e países que, com contradições, objectivos, interesses e caminhos distintos, não alinham com os interesses do imperialismo, afirmam a sua soberania

e procuram estabelecer um caminho de normalização das relações internacionais, baseado na não ingerência, no fim das sanções, da confrontação e da guerra, na cooperação e no benefício mútuo, com expressão em parcerias bilaterais e em espaços multilaterais de articulação e cooperação como o G77+China, o BRICS+ ou a Organização para a Cooperação de Xangai.

Para combater o estreitamento da base social de apoio ao capitalismo, em tempos de profundas contradições e irracionalidade, o imperialismo recorre à **disseminação de linhas de pensamento único** através da homogeneização cultural ao nível de massas, da promoção do neoliberalismo, da proliferação de preconceitos e do ódio, da promoção de concepções reaccionárias e de forças de cariz fascista, do fomento da análise acrítica da situação internacional promovendo uma falsa dualidade entre os valores ditos “ocidentais” e a degeneração dos “antidemocráticos”, da mediatização da vida política do império, da consolidação da dita “aldeia global”.

Em Portugal, estes aspectos confluem no objectivo de importar tudo o que de mais reaccionário houver para garantir a aceleração do processo contra-revolucionário e de recuperação e consolidação do capitalismo monopolista de Estado.

1 Para contrariar o **declínio relativo** da sua
2 influência os EUA agarram-se ao que lhes
3 vai permitindo manter o seu papel
4 hegemónico, o seu poderio militar e a
5 preponderância do dólar nas trocas
6 comerciais globais. O imperialismo
7 assume traços cada vez mais
8 reaccionários e recorre a métodos cada
9 vez mais agressivos para manter vigentes
10 as suas imposições destacando-se o
11 escalar da guerra e o alastramento dos
12 conflitos. Procuram hoje banalizar a
13 guerra, de forma a generalizá-la,
14 cumprindo objectivos estratégicos e
15 arrecadando lucros milionários aos
16 grandes grupos económicos do
17 armamento.

18 Seja a **guerra** que os EUA e a NATO
19 alimentam, financiam e pretendem
20 eternizar na Ucrânia. Seja no Médio
21 Oriente, onde apoiam Israel no genocídio
22 do povo palestino, negando o
23 reconhecimento dos direitos nacionais da
24 Palestina e levando a agressão a outros
25 países da região, nomeadamente, o
26 Líbano, a Síria, o Iémen e o Irão.

27 O futuro da juventude de todo o mundo,
28 da qual os senhores da guerra querem
29 fazer carne para canhão, é hoje posto em
30 causa pela escalada de confrontação que
31 o imperialismo alavanca, num cenário
32 militar caracterizado pela presença de
33 armas **nucleares** que ameaçam a
34 juventude e os povos do mundo, escalada
35 que pode conduzir a um imensurável
36 retrocesso civilizacional

37 Esta realidade destaca a **centralidade da**
38 **luta pela Paz**, pela solução política dos
39 conflitos militares, pelo desarmamento
40 generalizado e simultâneo, pela

41 dissolução dos blocos político-militares,
42 pelo futuro de todos os povos e da
43 juventude.

44 Para além da guerra, o imperialismo utiliza
45 outros meios para o ataque aos interesses
46 dos povos do mundo na tentativa de
47 contrariar o avanço da roda da história e
48 de, a todo o custo, subverter os interesses
49 e caminhos soberanos dos povos do
50 mundo.

51 Destaca-se o desumano **bloqueio e as**
52 **sanções** impostas pelos EUA a Cuba pelo
53 poder do exemplo que a revolução
54 cubana dá à construção de uma
55 sociedade nova e pela sua solidariedade
56 internacionalista.

57 A **ingerência, imposição de sanções,**
58 **conspiração e a difusão de mentiras e**
59 **apoio a instituições fantoche**
60 direccionadas a todos os povos que
61 afirmam a sua soberania, nomeadamente,
62 da América Latina e África, servindo de
63 exemplo as sucessivas intencionalidades na
64 Venezuela para atacar a Revolução
65 Bolivariana e repor o saque dos seus
66 recursos naturais.

67 Mecanismos que também na Europa se
68 aprofundam perante países, que
69 independentemente de contradições e
70 processos distintos, optam por não se
71 submeter ao caminho federalista e
72 militarista apontado pela UE.

73 O aprofundamento do condicionamento
74 da soberania dos povos através do
75 processo de integração capitalista
76 europeu também serve os interesses do
77 imperialismo. Intensificando o seu rumo
78 federalista, militarista e neoliberal, ao
79 serviço dos interesses do grande capital e

1 das multinacionais, a UE serve como
2 mecanismo de centralização da riqueza
3 nos seus centros decisores, em particular
4 na Alemanha, de liquidação da soberania,
5 de exploração e saque dos povos da
6 Europa. Albergando potências
7 imperialistas, mas submetendo-se aos
8 interesses e estratégia do imperialismo
9 norte-americano, a UE sente, também no
10 seu seio, a agudização da crise estrutural
11 do capitalismo, o alastramento das
12 dificuldades e as consequências da
13 desindustrialização, a degradação das
14 condições de vida da juventude, dos
15 trabalhadores e dos povos.

16 Em contraste com a promessa do “sonho
17 europeu” de mobilidade, de flexibilidade,
18 de liberdade, da Europa verde, de
19 aguerrido combate às discriminações, do
20 fim do roaming, do PRR e do Erasmus, a
21 juventude portuguesa encontra no
22 projecto de integração capitalista
23 europeu, a precariedade, os baixos
24 salários, a emigração, o fomento de
25 concepções reaccionárias e da divisão
26 dos trabalhadores, a venda ao desbarato
27 dos recursos nacionais dos povos, a
28 subida das taxas de juro, a degradação do
29 meio ambiente, a Europa Fortaleza com o
30 Mediterrâneo enquanto fronteira mais
31 mortífera do mundo, o militarismo, a
32 guerra e a tentativa de consolidação de
33 um exército europeu da NATO.

34 Contra a União Europeia neoliberal é
35 preciso construir uma Europa dos povos,
36 de solidariedade e fraternidade, onde as
37 relações sejam de cooperação, respeito e
38 benefício mútuo, uma Europa que não
39 sirva meramente de caixa de ressonância
40 dos interesses do imperialismo e do
41 grande capital.

42 Perante a guerra, a confrontação e a
43 imposição do pensamento único pelo
44 imperialismo, a juventude e os povos
45 levantam-se em todos os continentes,
46 respondem com a luta e afirmam a Paz
47 como exigência dos nossos dias.

48 A juventude cubana e a sua heróica
49 revolução socialista. A juventude
50 venezuelana e a luta pela sua revolução e
51 pela soberania do seu povo. A juventude
52 dos países do continente africano, e
53 desde logo o povo saharauí, na luta pela
54 sua soberania e independência, contra os
55 projectos de dominação neocolonial. Os
56 jovens Cipriotas na sua persistente luta
57 contra a ocupação. A juventude
58 palestina, que enfrenta o brutal
59 agressor sionista, não baixa os braços
60 perante a guerra e continua a resistir
61 contra o genocídio, pelo direito a viver em
62 liberdade na sua terra. Os jovens de todos
63 os continentes que em solidariedade com
64 os povos do Médio Oriente e em particular
65 com o povo palestino saem à rua em
66 milhares de acções de massas por todo o
67 mundo, particularmente, aqueles que, em
68 Portugal, convocados pelo MPPM, o
69 CPPC, a CGTP-IN e o Projecto Ruído –
70 Associação Juvenil, exigem a Paz no
71 Médio Oriente e o reconhecimento do
72 Estado da Palestina com as fronteiras de
73 1967 e a capital em Jerusalém Oriental.

74 Os desenvolvimentos da situação
75 internacional comprovam que grandes
76 perigos convivem com grandes
77 potencialidades. Onde há agressão do
78 imperialismo há resistência, os povos
79 avançam e afirmam uma alternativa
80 emancipadora.

1 Perante a crescente ofensiva e
2 agressividade do imperialismo cresce a
3 necessidade de alargar a frente anti-
4 imperialista juvenil, destacando-se a
5 **Federação Mundial da Juventude**
6 **Democrática (FMJD)**, condição essencial
7 para a conjugação de forças na luta pela
8 paz.

9 **1.1. A luta contra o imperialismo e** 10 **o relacionamento internacional da** 11 **JCP**

12 É necessário intensificar a luta contra o
13 imperialismo, pela paz, o desarmamento,
14 os direitos da juventude e a expressão de
15 solidariedade com todos os povos, que
16 enfrentando o imperialismo, exigem
17 decidir o seu próprio futuro. Neste sentido,
18 destaca-se a **Federação Mundial da**
19 **Juventude Democrática (FMJD)**,
20 prioridade da JCP no relacionamento
21 internacional multilateral, enquanto a mais
22 ampla frente juvenil anti-imperialista,
23 agregando organizações juvenis de todo o
24 mundo, comunistas, progressistas e anti-
25 imperialistas, a única plataforma capaz de
26 responder a estes objectivos.

27 A JCP, cujo empenhamento na vida da
28 FMJD se materializou ao assumir a
29 presidência da organização entre 2003 e
30 2011, no acolhimento das Assembleias
31 Gerais em 1995 e em 2011, na
32 responsabilidade, em diversos momentos
33 e de novo, desde 2022, de coordenadores
34 da **Comissão da Europa e da América**
35 **do Norte (CENA)**, contribuindo para o
36 desenvolvimento da actividade e acção da
37 FMJD na região.

38 Registam-se dificuldades no
39 desenvolvimento do trabalho na FMJD,
40 que não sendo dissociáveis do impacto da
41 pandemia de Covid-19, exigem uma
42 reflexão das suas causas e de tendências
43 no quadro internacional e de
44 relacionamento entre organizações.

45 O **Festival Mundial da Juventude e dos**
46 **Estudantes (FMJE)**, organizado pela
47 FMJD, agrega jovens e organizações de
48 todo o mundo no combate ao
49 imperialismo. A FMJD deve pugnar pelo
50 prosseguimento do movimento dos
51 Festivais Mundiais da Juventude e dos
52 Estudantes, defendendo a sua história,
53 valores e amplitude, procurando
54 convergência de organizações do
55 movimento juvenil de todo o mundo em
56 torno dos valores da paz, da solidariedade
57 internacionalista e o fim do imperialismo.

58 Num momento em que o FMJE não se
59 realiza desde 2017, importa mobilizar
60 todos os esforços da FMJD para garantir
61 a sua regularidade.

62 A resposta às exigências que estão
63 colocadas à juventude exige o
64 alargamento da frente juvenil anti-
65 imperialista, em que a FMJD assume um
66 papel fundamental, exigindo-se a defesa
67 do seu carácter unitário, o alargamento da
68 sua participação a organizações
69 progressistas e anti-imperialistas, a sua
70 actividade regular, a unidade na acção
71 contra o inimigo comum, o imperialismo,
72 designadamente o imperialismo norte-
73 americano. Neste sentido, é essencial
74 contrariar tendências para a sua
75 desconfiguração, uniformização
76 ideológica e imposição de análises.

1 Para além das dificuldades que se
2 colocam à intervenção dos comunistas,
3 no plano internacional, devido à ofensiva
4 ideológica do capital, que procura
5 desprestigiar a história e o legado dos
6 comunistas e falsificar o seu projecto, o
7 movimento comunista internacional,
8 designadamente de juventude, enfrenta
9 também **concepções e práticas dentro**
10 **de si próprio, que dificultam a unidade**
11 **do movimento juvenil no combate ao**
12 **inimigo comum.** Manifestam-se
13 concepções e práticas sociais-
14 democratizantes, com o abandono de
15 referências ideológicas, de princípios
16 orgânicos e do projecto revolucionário
17 comunista, assim como se manifestam
18 concepções e práticas dogmáticas e
19 sectárias, que apontam para a ideia de
20 existência de modelos únicos de
21 transformação social e de superação do
22 capitalismo- indicando, designadamente a
23 tomada de poder pela classe operária
24 como tarefa imediata universal,
25 independentemente da situação de cada
26 país- e para a centralização organizativa,
27 tentando impor um núcleo de
28 coordenação e disseminação desta
29 concepção, orientado para a
30 homogeneização política e ideológica das
31 organizações comunistas de juventude.

32 Destaca-se, por outro lado, o conjunto
33 heterogéneo na dimensão, objectivos e
34 capacidade de intervenção de
35 organizações de juventude, comunistas e
36 anti-imperialistas, ligadas à vida, às
37 dinâmicas do movimento juvenil e da luta
38 da juventude dos seus países, com
39 características de massas, que podem
40 assumir um papel preponderante no
41 alargamento da frente juvenil anti-
42 imperialista.

43 A JCP tem participado nas diversas
44 edições do **Encontro de Organizações**
45 **Juvenis Comunistas da Europa**
46 (MECYO) e faz parte do seu Grupo de
47 Trabalho, considerando-as espaços para
48 o desenvolvimento da cooperação e
49 solidariedade entre organizações juvenis
50 comunistas, tudo fazendo para assegurar
51 consensos que respeitem naturais
52 diferenças, valorizando o muito que une
53 as organizações participantes e
54 recusando visões no sentido da sua
55 institucionalização ou as que queiram ver
56 nelas o centro difusor das orientações
57 para a acção de cada organização.

58 O empenhamento nos compromissos
59 assumidos no relacionamento
60 internacional, sendo em si um importante
61 contributo, não apaga que o maior
62 contributo para o avanço à escala mundial
63 da luta pelo progresso social é o
64 cumprimento da tarefa nacional, do
65 desenvolvimento da luta da juventude
66 portuguesa em defesa dos seus direitos e
67 dos valores de Abril.

68 A JCP desenvolve ainda uma intensa
69 actividade de **relacionamento bilateral**
70 com organizações comunistas,
71 revolucionárias, progressistas e anti-
72 imperialistas, pautada por princípios
73 consolidados de respeito pelas normais
74 diferenças de opinião, de não ingerência
75 nos assuntos internos, de respeito mútuo,
76 igualdade de direitos, cooperação,
77 solidariedade recíproca e unidade de
78 acção.

79 Desenvolve-se uma tendência de
80 desrespeito por estes princípios e esta
81 forma de relacionamento,
82 designadamente por via de ingerência nos

1 assuntos internos de diversas
2 organizações com expressão em
3 **processos de divisão interna e de**
4 **desagregação de organizações**, que
5 colocam em causa a unidade das
6 organizações comunistas e anti-
7 imperialistas.

8 A partir da partilha de um passado de luta
9 contra o inimigo comum, o fascismo e
10 colonialismo português, a JCP
11 desenvolve relações de amizade com as
12 organizações de juventude dos partidos
13 africanos de libertação, de países de
14 língua portuguesa, potenciando a
15 proximidade que a presença de membros
16 seus em Portugal, organizados nas suas
17 estruturas de origem, sendo necessário
18 prosseguir e aprofundar a cooperação e
19 solidariedade.

20 **1.2. Socialismo, futuro da** 21 **Humanidade**

22 A **superação revolucionária do**
23 **capitalismo** e a construção do mundo
24 novo são uma exigência dos nossos
25 tempos.

26 O capitalismo não é o fim da História. A
27 exploração, os milhões condenados à
28 fome, a doenças curáveis, à pobreza e ao
29 desemprego, o aprofundamento das
30 desigualdades, a guerra, a destruição do
31 ambiente, os ataques à educação e à
32 formação integral para todos, as
33 discriminações, as limitações no acesso à
34 habitação, à cultura e ao desporto, são
35 traços que confirmam os limites históricos
36 do capitalismo.

37 O apagamento e a diminuição do papel
38 desempenhado pela Revolução de
39 Outubro que abriu a época de passagem
40 do capitalismo ao socialismo na História
41 da Humanidade, com os extraordinários
42 avanços que permitiu a reescrita sobre a
43 contribuição da URSS para a vitória sobre
44 o nazi-fascismo, o branqueamento dos
45 crimes do fascismo em Portugal, a
46 falsificação e mentira sobre a história,
47 nomeadamente, sobre a Revolução de
48 Abril e os seus valores, o programa e os
49 objectivos de intervenção do PCP, o
50 fomento de valores e concepções da
51 burguesia, são traços da ofensiva
52 ideológica que se abate sobre a
53 juventude.

54 A JCP, organização revolucionária da
55 juventude portuguesa, assume como
56 objectivo da sua luta a construção, em
57 Portugal, de uma sociedade socialista,
58 sociedade liberta da exploração do
59 Homem pelo Homem, sem explorados
60 nem exploradores, sem classes
61 antagónicas, sem discriminações e
62 injustiças, a sociedade que corresponde
63 às reais aspirações da juventude.

64 A superação do capitalismo não é
65 automática, nem se concretiza, como
66 alguns pretendem, com fugas para a
67 frente, antes exige a luta por objectivos
68 intermédios e imediatos. A análise
69 concreta da situação concreta, a
70 aplicação criativa do marxismo-leninismo,
71 implica a afirmação de que não existem
72 modelos únicos de transformação social,
73 de revolução e de socialismo.

74 A partir da realidade concreta portuguesa,
75 o PCP e a JCP definem como **etapa**
76 **actual da luta pelo socialismo em**

1 **Portugal** a construção da Democracia
2 Avançada com os Valores de Abril no
3 Futuro de Portugal.

4 São hoje aspectos determinantes para
5 esse caminho de construção da
6 sociedade socialista em Portugal, a luta
7 pela Escola Pública, que garanta o acesso
8 democrático a uma formação integral,
9 pelo Ensino Superior público e gratuito
10 para todos, pela erradicação do flagelo da
11 precariedade e dos baixos salários, pela
12 ampla participação democrática da
13 juventude nas diversas esferas da vida,
14 pelo direito à habitação, à cultura e ao
15 desporto, contra as discriminações e
16 preconceitos, pela ruptura com a política
17 de direita e a construção da alternativa
18 política patriótica e de esquerda,
19 objectivos para os quais é determinante a
20 construção da unidade juvenil, o reforço e
21 a afirmação da JCP.

22 **2. A Vida da Juventude**

23 Cinquenta anos após a Revolução de
24 Abril, a juventude do nosso País está com
25 os seus valores e conquistas, algo que se
26 reflecte nas suas reivindicações que são
27 todos os anos ecoadas na ampla
28 participação juvenil nas comemorações
29 populares, em particular em 2024, e em
30 tantas outras lutas nas escolas,
31 faculdades, locais de trabalho e nas ruas.
32 Contra esta luta encontram-se os mesmos
33 de sempre- PS, PSD e CDS, a que se
34 acrescentam Chega e IL- que
35 prosseguem o caminho de submissão ao
36 grande capital, aprofundam a política de
37 direita e vergam-se às imposições da UE.

38 A realidade vivida pelos jovens confirma
39 que nem a maioria absoluta do PS entre
40 os anos de 2022 e 2024, nem o Governo
41 de PSD/CDS, dão resposta aos seus
42 problemas. As manobras de propaganda
43 variadas- Programa Mais Habitação,
44 devolução das propinas, IRS Jovem,
45 isenção do IMT e imposto de selo- não
46 resolvem os problemas de fundo e
47 procuram esconder que estes partidos
48 confluem numa política anti-juvenil.

49 As linhas seguidas pelo actual Governo
50 são a continuação e o aprofundamento
51 das políticas do anterior governo PS,
52 levando mais longe a política de direita,
53 através do ataque aos direitos dos
54 trabalhadores e do aumento da
55 exploração e elevando a outro nível a
56 degradação dos serviços públicos, com
57 uma agenda abertamente reaccionária. A
58 injustiça fiscal aprofunda-se com a
59 redução do IRC, com os milhares de
60 milhões de euros canalizados para as
61 grandes empresas em benefícios fiscais e
62 o alívio nas contribuições dos que mais
63 ganham; a degradação dos serviços
64 públicos e o desinvestimento nos mesmos
65 faz-se sentir nas escolas, nos transportes,
66 nos hospitais e noutras áreas; as
67 privatizações de empresas estratégicas,
68 os baixos salários e a exploração
69 agravam-se e o custo de vida aumenta.

70 É alarmante que, segundo dados de
71 2024,30% das pessoas nascidas em
72 Portugal com idades entre os 15 e os 39
73 anos tenham emigrado face à
74 instabilidade sentida no que toca a poder
75 construir uma vida no seu País.
76 Instabilidade que se sente nos problemas
77 do dia-a-dia dos jovens e que não reside
78 noutros assuntos sensacionalistas que os

1 meios de comunicação social, ao serviço
2 de uma minoria, instrumentalizam para
3 desviar os assuntos centrais. As opções
4 de classe dos sucessivos Governos
5 aprofundam as desigualdades sociais e
6 económicas, nunca optando pelos
7 interesses da maioria.

8 É face a tudo isto que se coloca a
9 necessidade do cumprimento da
10 Constituição da República Portuguesa e
11 do projecto de emancipação que ela
12 comporta onde estão consagrados
13 direitos fundamentais que, se fossem
14 cumpridos, com uma política patriótica e
15 de esquerda, tornariam a realidade dos
16 jovens bem diferente.

17 **2.1. Situação da Educação**

18 O capital olha para a educação como um
19 mecanismo de consolidação da ideologia
20 dominante e de perpetuar as actuais
21 relações sociais, promovendo as
22 desigualdades para se sustentar. Nas
23 escolas, promove-se cada vez mais o
24 individualismo e ao mesmo tempo a perda
25 de autonomia, consequências do actual
26 contexto político e, em parte, de certos
27 costumes que se mantiveram da epidemia
28 de Covid-19, de que é exemplo não ser
29 permitido, em muitas escolas, que os
30 estudantes possam sair livremente da
31 escola nos intervalos.

32 Um dos direitos fundamentais presentes
33 na CRP, o direito à educação, só se
34 concretiza com o Ensino público, gratuito,
35 democrático e de qualidade. A educação
36 deve ser vista não só como o direito a
37 aprender, mas também como uma forma
38 de garantir que o povo tem desde cedo a
39 possibilidade de se desenvolver
40 integralmente. A Escola de Abril é

41 essencial para o progresso e o
42 desenvolvimento do país, para a
43 promoção da reflexão, da participação e
44 do espírito crítico, para o direito da
45 juventude a concretizar os seus sonhos,
46 independentemente da situação
47 socioeconómica de cada um. São cada
48 vez maiores as consequências da política
49 de desinvestimento público, desvirtuação
50 e mercantilização da educação, com
51 diferentes expressões nas suas várias
52 vias e níveis.

53 **2.2. Ensino Secundário**

54 Desde o último Congresso da JCP,
55 assistimos a um agravamento das
56 condições nas escolas básicas e
57 secundárias do País com o continuado
58 ataque das políticas de direita levando a
59 Escola Pública pelos caminhos do
60 desinvestimento e degradação.

61 No início do ano lectivo 2024/2025, cerca
62 de 500 escolas públicas precisavam de
63 obras. A degradação das infraestruturas é
64 evidente, sendo recorrentes os casos em
65 que chove dentro das salas, em que o frio
66 ou o calor excessivo perturbam o
67 ambiente da aula, o que, sem o
68 investimento devido, só tende a piorar.
69 Persistem as escolas sobrelotadas, a falta
70 de pavilhões, a má qualidade dos espaços
71 de convívio e dos espaços exteriores das
72 escolas.

73 A **falta de profissionais** é gritante.
74 Estima-se que o 2.º período do ano lectivo
75 24/25 começou com 20 mil estudantes
76 sem aulas a todas as disciplinas, mais 10
77 mil que em Dezembro. Dezenas de
78 milhares de estudantes começam o ano

1 sem professor a pelo menos uma
2 disciplina, resultando em impactos graves
3 no processo de formação dos estudantes,
4 associado à sobrelotação das turmas e à
5 substituição do ensino por “estudo e
6 trabalho autónomos”.

7 Os rácios de pessoal não docente são
8 desajustados e a falta de condições de
9 trabalho dignas, levam ao encerramento
10 ou degradação de cantinas (que, muitas
11 vezes empurradas para empresas
12 privadas, se caracterizam pela fraca
13 qualidade na alimentação servida), bares,
14 papelarias e até mesmo de alguns blocos
15 de escolas.

16 Destaca-se, ainda, a **falta de psicólogos**
17 que associada à degradação da saúde
18 mental dos estudantes tem
19 consequências a curto e a longo prazo no
20 desenvolvimento, felicidade e vida destes.
21 A dimensão deste problema adquiriu
22 ainda mais importância com a epidemia
23 de Covid-19, que dificultou o
24 desenvolvimento saudável dos jovens,
25 prejudicando o seu desempenho e a sua
26 integração.

27 É notório o desinvestimento no **desporto**
28 **escolar**, determinante para garantir a
29 democratização do acesso dos jovens à
30 prática regular desportiva. Não só são
31 escassas as modalidades que se podem
32 praticar como assistimos a uma profunda
33 desvalorização desta forma de praticar
34 desporto que é muitas vezes a única
35 acessível aos filhos dos trabalhadores.

36 Apesar de estar consagrada na CRP a
37 **gratuidade do ensino** e, em particular,
38 da importante conquista da gratuidade
39 dos manuais escolares vemos ainda
40 vários custos de frequência associados à

41 escolaridade obrigatória, como as fichas
42 de estudo, as calculadoras gráficas, ou os
43 materiais de artes.

44 Todos estes problemas são agravados
45 pelo **processo de “municipalização”** em
46 curso, com a transferência de encargos da
47 Educação do Estado Central para os
48 Municípios, sem a transferência dos
49 recursos devidos.

50 Enquadrada na formação integral do
51 indivíduo, a **educação sexual**
52 multidisciplinar e democrática continua
53 por cumprir. Trata-se de uma exigência,
54 cada vez mais necessária, essencial para
55 a saúde sexual e reprodutiva, para a
56 emancipação da juventude e a promoção
57 do autoconhecimento, do amor, do
58 respeito e da solidariedade, contra os
59 preconceitos, discriminações e violências.

60 Os **Exames Nacionais** são uma prova
61 injusta e uma forte barreira
62 socioeconómica à entrada para o Ensino
63 Superior e que dificulta o acesso a estes
64 graus de ensino aos filhos dos
65 trabalhadores, intensifica as
66 desigualdades, como o confirmam os
67 rankings: em 2024, a primeira escola
68 pública aparece no 27º lugar. Se o
69 problema é tanto a inflação das notas e a
70 proliferação das escolas privadas, como a
71 elitização dos graus mais elevados de
72 ensino, então a solução passa pela
73 fiscalização dessas escolas, pelo fim dos
74 numerus clausus e, claro, pelo
75 investimento numa educação de
76 qualidade, que, para ser de todos, tem de
77 ser pública.

78 Para além de ser uma forma de avaliação
79 injusta, afasta-se também da proposta da
80 Escola de Abril que defendemos, uma vez

1 que resume o esforço e a aprendizagem à
2 memorização da matéria lecionada,
3 desvalorizando o exercício do
4 pensamento, da criatividade e do espírito
5 crítico.

6 Temos hoje uma escola virada para a
7 competição e triagem dos estudantes com
8 melhores condições, em vez de cumprir o
9 papel de formação integral e superação
10 de dificuldades. É preciso garantir
11 condições e valorizar a avaliação
12 contínua, as suas diferentes componentes
13 e o esforço que os estudantes fazem ao
14 longo dos anos, não os resumindo apenas
15 a uma prova.

16 Contrariamente à reivindicação dos
17 estudantes, foi anunciado no início de
18 2023 um novo modelo de acesso ao
19 Ensino Superior que visa, precisamente,
20 dar mais peso e reintroduzir a
21 obrigatoriedade dos Exames Nacionais,
22 desvalorizando a nota interna das
23 disciplinas. Este modelo significa passos
24 atrás no que trata da conquista de uma
25 Escola para todos.

26 Acentua-se a divisão dos estudantes a
27 partir da divisão entre a teoria e a prática
28 na **via profissionalizante**, que
29 partilhando a realidade e problemas do
30 ensino profissional, integram a Escola
31 Pública. Manifesta-se uma tendência para
32 empurrar estes estudantes para fora do
33 ensino superior.

34 No **ensino artístico especializado**, a
35 falta de escolas artísticas pelo País-
36 obriga os estudantes a fazerem dezenas
37 de quilómetros por dia para terem acesso
38 à educação, ou até mesmo a mudarem a
39 sua área de residência. Aumenta o preço
40 da aquisição e de manutenção dos

41 materiais escolares e mantém-se a carga
42 horária, que restringe a aprendizagem, a
43 produção artística e a criatividade do
44 estudante.

45 A ofensiva contra a Escola Pública é ainda
46 mais nítida quando olhamos para a
47 maneira como os próprios estudantes são
48 tratados nas suas escolas. Cinquenta
49 anos passados da Revolução de Abril,
50 foram várias as alterações ao modelo de
51 gestão das escolas com destaque para a
52 substituição do Conselho Directivo pela
53 figura do Director e a introdução do
54 Estatuto do Aluno com o seu carácter
55 punitivo. Hoje, é constantemente limitado
56 o direito à participação democrática, à
57 livre expressão, organização, associação
58 e reunião dos estudantes

59 São inúmeros os casos de estudantes que
60 procuram fazer Reuniões Gerais de
61 Alunos, formar listas para as Associações
62 de Estudantes, colocar faixas e distribuir
63 propaganda, organizar debates ou
64 actividades nas suas escolas e que são
65 deliberadamente proibidos. Não são
66 também raros os regulamentos internos
67 que, limitando o direito à participação
68 democrática dos estudantes, inscrito na
69 CRP, contrariam a própria lei.

70 Aspectos que contribuem para a
71 infantilização e para a redução da
72 autonomia da juventude, sobretudo dos
73 estudantes do ensino básico e
74 secundário. Procura-se fazer-lhes crer
75 que não podem tomar decisões sobre as
76 suas vidas, não podem interferir no
77 modelo de gestão das suas escolas, não
78 podem ter uma opinião e acção autónoma
79 e democraticamente formada.

1 Assistimos a uma crescente
2 **desvalorização dos momentos de**
3 **socialização e de recreio na Escola**
4 **Pública**, com a redução do tempo dos
5 intervalos e a não retoma de actividades
6 de convívio e de associação, habituais na
7 vida escolar e após a pandemia.

8 Enquadra-se, neste processo, a
9 discussão sobre a proibição dos
10 telemóveis dentro dos recintos escolares,
11 que embora permita combater o uso
12 excessivo dos telemóveis e as suas
13 graves consequências para a saúde e
14 para a vida da juventude, quando isolada,
15 parece apenas uma medida punitiva e
16 incompreendida.

17 Ao mesmo tempo, prossegue o projecto
18 da **digitalização** das escolas, com a
19 redução ou exclusão do uso dos manuais
20 escolares, que tem como objectivo a
21 substituição dos professores pela
22 máquina, contribuindo para que a
23 aprendizagem se resuma ao uso dos
24 computadores ou outros meios
25 tecnológicos com impactos significativos
26 nos **processos de aprendizagem**,
27 designadamente a expressão escrita.
28 Acresce ainda a falta de condições
29 necessárias para o uso pleno destes
30 meios, nomeadamente internet, ou até
31 computadores suficientes e com a
32 qualidade necessária à aprendizagem.

33 **2.3. Ensino Profissional**

34 Apesar das medidas para atrair cada vez
35 mais jovens, aposta-se no
36 subfinanciamento do Ensino Profissional
37 enquanto mecanismo de privatização da

38 educação e procura-se também esbater a
39 fronteira entre a educação e o trabalho.

40 Portugal procura seguir ordeiramente a
41 orientação da UE de ter 50% dos
42 estudantes dos seus estados-membros a
43 frequentar as vias profissionalizantes do
44 nível secundário. O caminho está traçado
45 apesar do objectivo ainda não ter sido
46 alcançado. Entre os anos lectivos
47 de 2005/2006 e 2021/2022, o número de
48 estudantes a frequentar cursos
49 profissionais passou de 13,1% para
50 32,8%.

51 O que se procura é que haja uma **divisão**
52 **social do trabalho desde a escola**, onde
53 os filhos dos trabalhadores são
54 empurrados para uma “formação mais
55 prática”. Os estudantes de contextos
56 socioeconómicos mais desfavorecidos
57 constituem a maioria nesta via de ensino-
58 entre 2014 e 2022, cerca de 43% dos
59 estudantes do Ensino Profissional
60 beneficiaram de Acção Social Escolar
61 (ASE) quando estavam no 9º ano de
62 escolaridade, quase o dobro dos alunos
63 que seguiram os cursos científico-
64 humanísticos, e os pais tinham menos 2,5
65 anos de escolaridade. A dualidade do
66 ensino contribui para a elitização dos mais
67 elevados graus de ensino, confirmado
68 pelo facto de, em 2024, por exemplo,
69 apenas 1/5 dos estudantes de cursos
70 profissionais terem seguido estudos no
71 Ensino Superior.

72 O acesso ao Ensino Superior é ainda mais
73 complexo para os estudantes do Ensino
74 Profissional e a criação de um concurso
75 especial de acesso para as vias
76 profissionalizantes não veio resolver os
77 problemas de fundo. Os estudantes ou

1 ingressam por este concurso especial e
 2 ficam reféns das vagas e dos critérios de
 3 acesso estipulados pelas IES— no
 4 essencial, institutos politécnicos,
 5 prosseguindo a dualidade do ensino— ou
 6 ingressam pelo concurso nacional de
 7 acesso ao Ensino Superior que exige a
 8 realização de exames nacionais e requer
 9 conhecimentos que nunca lhes foram
 10 ministrados.

11 O Ensino Profissional que é também uma
 12 arma da ofensiva ideológica, menorizando
 13 estes estudantes e desvalorizando as
 14 suas capacidades, limitando as suas
 15 perspectivas de futuro, apontando o
 16 mercado de trabalho como o único
 17 objectivo ou os estágios, que não são
 18 dignos, como inevitabilidades,
 19 banalizando a sobrecarga horária,
 20 promovendo desde cedo a ideia de que o
 21 mundo de trabalho é assim, normalizando
 22 a falta de condições na escola, como nos
 23 locais de trabalho e, acima de tudo,
 24 procurando vincar que a sua realidade
 25 não é passível de ser transformada.

26 **O modelo de financiamento desta via**
 27 **de ensino**, assente no fundamental em
 28 fundos da UE, é uma forma de
 29 desresponsabilização sobre a educação
 30 destes milhares de jovens, ao mesmo
 31 tempo que permite abrir novas áreas de
 32 negócio para os grupos económicos. A
 33 maior parte das escolas profissionais,
 34 nomeadamente as das regiões Norte,
 35 Centro e Alentejo, estão dependentes de
 36 financiamento do Fundo Social Europeu,
 37 que está sujeito a flutuações, impactando
 38 significativamente na vida das escolas e
 39 dos estudantes. Na prática, quanto mais
 40 estudantes estão nesta via de ensino,
 41 menos o Estado tem de investir e o

42 desenvolvimento estratégico do País fica
 43 relegado para segundo plano.

44 Mantém-se a **sobrecarga horária** como
 45 um dos problemas mais abrangentes que,
 46 associada ao sistema de faltas injusto e
 47 punitivo e ao modelo de aprendizagem por
 48 módulos, significa um ataque ao direito ao
 49 tempo livre. É exigida uma assiduidade
 50 não inferior a 90% da carga horária, e no
 51 caso de Formação em Contexto de
 52 Trabalho (FCT) 95%, ou mesmo 100%,
 53 em algumas escolas, com a
 54 obrigatoriedade de reposição das aulas,
 55 mesmo quando a responsabilidade não é
 56 dos estudantes, como é o caso de falta de
 57 professores, ausência por doença e
 58 mesmo em tempo de férias.

59 No que concerne aos **estágios**, estes são
 60 recorrentemente desprovidos da sua
 61 componente formativa, colocando os
 62 estudantes a servir de mão de obra
 63 gratuita, substituindo trabalhadores em
 64 postos de trabalho permanentes. Para
 65 além disto, muitos estágios não
 66 correspondem à área de formação e o
 67 subsídio de transporte ou alimentação
 68 nem sempre está garantido.

69 A realidade dos **subsídios insuficientes**
 70 **e/ou em atraso** constitui mais uma das
 71 dificuldades, situação agravada pelo
 72 actual contexto de aumento do custo de
 73 vida, podendo significar não ter dinheiro
 74 para os transportes, para os materiais
 75 escolares e até para comer.

76 Inúmeras escolas estão inseridas em
 77 prédios que não têm as **condições** para
 78 essa utilização, seja pela ausência de
 79 espaços comuns e de convívio ou de
 80 condições para a aprendizagem de
 81 determinadas componentes práticas, seja

1 por não terem cantinas e/ou bares, bem
2 como pavilhões desportivos.

3 As formas de financiamento variam e há
4 uma grande facilidade na abertura de
5 escolas profissionais, onde os critérios
6 são muito vagos, os currículos variam, o
7 critério de abertura de cursos estão refém
8 de vontades individuais ou de grupos
9 económicos de forma a servir as suas
10 necessidades.

11 O que é preciso é a inserção numa via
12 única de ensino com financiamento
13 público, numa Escola Pública, Gratuita e
14 de Qualidade, com currículos integrados e
15 nacionais, com o devido equilíbrio de
16 conteúdos teóricos e práticos, garantindo
17 estágios curriculares, valorizando a
18 carreira dos seus docentes, balizando a
19 gestão feita entre os conteúdos teóricos e
20 práticos, fomentando a formação integral
21 do indivíduo.

22 Em suma, é preciso garantir que esta via
23 de ensino corresponde às necessidades
24 do País, das regiões e dos estudantes e
25 não aos interesses do capital, que os
26 estudantes são valorizados.

27 **2.4. Ensino Superior**

28 No ensino superior, assinala-se o
29 **aprofundamento de um caminho**
30 **contrário ao apontado pela Revolução**
31 **de Abril** e às necessidades dos
32 estudantes, que leva décadas, mas que
33 conheceu novos passos ao longo dos
34 últimos anos.

35 Ao serviço do grande capital, as políticas
36 dos sucessivos governos PS-PSD-CDS

37 acentuam a **lógica do ensino enquanto**
38 **serviço** e não enquanto um direito.
39 Procurando assegurar que a classe
40 dominante mantém o domínio da
41 produção de conhecimento, fecham-se as
42 portas aos filhos dos trabalhadores,
43 empurrando jovens para o mundo do
44 trabalho e apenas permitindo estudar
45 aqueles que têm dinheiro para o fazer.

46 Continua uma **intensa batalha**
47 **ideológica** dentro das portas das
48 Instituições de Ensino Superior (IES). Os
49 currículos são marcados pela promoção
50 do neoliberalismo, do anticomunismo, da
51 inevitabilidade do capitalismo e visões
52 anti-dialécticas da História e das ciências.
53 Estas noções são acompanhadas pela
54 profusão do pensamento pós-moderno,
55 nomeadamente nas ciências sociais,
56 imobilista face às profundas alterações
57 sociais e à necessidade da intervenção
58 organizada, e deixam o pensamento
59 marxista de lado.

60 Ao longo dos últimos anos assinala-se um
61 aumento considerável nos **custos de**
62 **frequência** do ensino superior.

63 Assiste-se à tendência da
64 **desresponsabilização da**
65 **Administração Central do Estado pelo**
66 **financiamento do ensino superior.**
67 Cada vez mais responsabilidades a nível
68 de alojamento são garantidas pelas
69 autarquias (que não recebem nenhum tipo
70 de financiamento para o efeito). O
71 financiamento próprio das IES representa
72 uma fatia progressivamente mais
73 significativa do seu financiamento, e é
74 cada vez mais comum a presença de
75 grandes grupos económicos nos seus
76 órgãos de decisão.

1 Um caminho que se enquadra no
2 processo mais geral da contra-revolução,
3 que para o Ensino Superior tem como
4 objectivo a sua privatização.

5 O Estado tem a **obrigação de financiar o**
6 **Ensino Superior**, a partir do Orçamento
7 do Estado. Aquilo que tem acontecido ao
8 longo dos últimos anos é que o **peso do**
9 **Estado no bolo geral do financiamento**
10 **do Ensino Superior tem diminuído**
11 **bastante**. Nos últimos 15 anos, o peso de
12 transferência de verbas do Estado
13 diminuiu em 8.5 pontos percentuais,
14 enquanto cresce a percentagem de
15 verbas que chegam dos privados, dos
16 próprios bolsos dos estudantes e da UE.

17 A **propina** continua a representar a
18 **principal barreira** à entrada e frequência
19 do Ensino Superior, estabelecendo-se
20 hoje nos 697 euros anuais após o
21 congelamento conquistado pelos
22 estudantes.

23 Um dos desejos do actual Governo
24 PSD/CDS é o de **aumentar o tecto**
25 **máximo da propina**. Se é verdade que,
26 no plano institucional, as condições para
27 este aumento estão garantidas, o facto de
28 ainda não terem dado este passo é uma
29 prova do valor da luta dos estudantes. A
30 JCP pugna pelo **fim imediato da propina**
31 enquanto condição necessária para a
32 concretização de um ensino superior mais
33 justo.

34 A **Ação Social Escolar** é, neste
35 momento, insuficiente e incapaz de
36 responder aos custos que devia suportar,
37 como a alimentação e transportes,
38 impossibilitando que esta se afirme como
39 um factor para a igualdade no ensino
40 superior.

41 No que respeita ao **alojamento**, a
42 existência de apenas 16208 camas em
43 alojamento público (em Dezembro de
44 2024, de acordo com o Observatório do
45 PNAES), o incumprimento do Plano
46 Nacional de Alojamento no Ensino
47 Superior (PNAES), a promoção de
48 residências privadas e a inacção face à
49 especulação do mercado privado
50 impedem que muitos jovens ousem
51 sequer pensar em frequentar o ensino
52 superior, forçando outros tantos a
53 trabalhar enquanto estudam; as **bolsas**
54 estão hoje subtraídas da sua importância,
55 limitando-se, em muitos casos, a suportar
56 o custo da propina; no que toca à
57 **alimentação**, o custo da refeição social
58 continua a aumentar ano após ano,
59 superando já os 3 euros. São cada vez
60 menos as cantinas públicas geridas pelos
61 Serviços de Acção Social, sendo muitas
62 empurradas para a concessão, praticando
63 o valor do tecto máximo, escasseando as
64 que não aumentam o custo de ano para
65 ano.

66 Continua a verificar-se a degradação das
67 condições das **infra-estruturas** numa
68 grande parte das IES e seus edifícios,
69 assim como a **falta de cantinas**.

70 O **Processo de Bolonha** levou à
71 introdução de um sistema de avaliação
72 (ECTs) que prejudicou a avaliação
73 contínua e a estruturação de planos
74 curriculares dos cursos, e levou à
75 separação dos mestrados nos cursos em
76 que este grau é necessário para trabalhar
77 na área, que permitiu o aumento
78 descontrolado das propinas neste grau de
79 ensino. Bolonha representou um passo
80 essencial para a elitização e privatização
81 do ensino superior, a divisão do trabalho

1 em certos sectores e a desestruturação
2 dos cursos, com consequências no
3 relacionamento interpessoal dos
4 estudantes.

5 Se Bolonha foi um passo no sentido da
6 **ingerência da UE no ensino nacional**, a
7 saída de Portugal destes acordos
8 representa hoje uma necessidade para o
9 retomar do caminho do Ensino Superior
10 de Abril.

11 **O Regime Jurídico das Instituições de**
12 **Ensino Superior (RJIES)** modela a
13 organização de toda a estrutura do ensino
14 superior e suas instituições. O seu actual
15 conteúdo, aprovado em 2007, representa
16 um dos maiores entraves à democracia
17 nas faculdades e institutos politécnicos.

18 O actual regime substituiu estudantes nos
19 órgãos de gestão por elementos externos,
20 abriu caminho à fusão de instituições e
21 instituiu o regime fundacional como forma
22 ideal de organização das IES em que as
23 faculdades são obrigadas a procurar
24 financiamento privado.

25 A revisão do RJIES, que vem sendo
26 adiada há mais de uma década, aponta
27 agora para um **desvirtuamento da ideia**
28 **de autonomia** das IES- de uma
29 autonomia de gestão administrativa,
30 científica e patrimonial para uma
31 autonomia face ao Estado e ao seu
32 financiamento. Aquilo que a política de
33 direita deseja para esta revisão é um
34 aprofundamento do regime fundacional e
35 a garantia do aumento da percentagem
36 de financiamento privado.

37 **A revisão democrática do RJIES** com o
38 fim do regime fundacional, o reforço da
39 presença dos estudantes nos órgãos das

40 Instituições e o reforço do financiamento
41 público é essencial.

42 Na **investigação científica**, que se
43 encontra refém dos interesses do capital,
44 domina a falta de financiamento da
45 Fundação para a Ciência e Tecnologia
46 (FCT) e a precariedade associada às
47 bolsas de investigação, em detrimento da
48 celebração de contratos de trabalho.

49 Continuam a existir diferenças profundas
50 entre o Ensino Superior Universitário e o
51 **Ensino Superior Politécnico**,
52 especialmente no que concerne ao
53 financiamento.

54 A recente possibilidade de Institutos
55 Politécnicos **ministrarem**
56 **doutoramentos** representa um avanço
57 positivo na valorização do Ensino
58 Superior Politécnico, mas não supera o
59 modelo binário no Ensino Superior e as
60 discriminações a que este tipo de ensino
61 é sujeito.

62 O Ensino Superior Politécnico necessita
63 de estar liberto das garras das grandes
64 empresas que determinam, em muitos
65 casos, os cursos que as escolas
66 oferecem, necessita de um reforço
67 estrutural no seu financiamento e da
68 concretização de um modelo único para o
69 Ensino Superior.

70 O **ensino privado, cooperativo e**
71 **concordatário**, tendo como prioridade a
72 maximização do lucro e não as
73 necessidades do País e dos estudantes,
74 representa um aspecto negativo na
75 orgânica do ensino superior. As barreiras
76 no acesso ao ensino superior, aliadas aos
77 custos diversos, nomeadamente de
78 alojamento que se têm tornado

1 inoportáveis para uma grande parte
2 dos jovens que ambicionam frequentar o
3 ensino superior, têm atirado cada vez
4 mais jovens a procurar resposta no ensino
5 superior privado e, em muitos casos, para
6 a posição de trabalhador-estudante.

7 **2.5. Situação dos Jovens** 8 **Trabalhadores**

9 A situação dos **jovens trabalhadores** no
10 nosso País não estando desligada dos
11 problemas gerais dos trabalhadores,
12 incorpora dimensões específicas com
13 consequências à possibilidade da
14 construção dos seus projectos de vida em
15 Portugal.

16 A brutal ofensiva contra os direitos dos
17 trabalhadores, com transferências
18 históricas de rendimentos do trabalho
19 para o capital, inclui a ofensiva ideológica,
20 que visa camuflar junto da juventude a
21 natureza do capitalismo, com o objectivo
22 de acentuar a exploração e as
23 desigualdades.

24 Baixos salários, precariedade e horários
25 desregulados, elementos centrais para
26 intensificar a exploração, marcam o
27 panorama nacional da larga maioria dos
28 jovens colocando profundos entraves à
29 sua emancipação, sendo então
30 condicionada a perspectiva da construção
31 de uma família, a idade com que se tem o
32 primeiro filho, ou a saída de casa dos seus
33 familiares.

34 A **precariedade** afecta cerca de 60% dos
35 jovens trabalhadores, sendo que a
36 esmagadora maioria dos novos contratos
37 são precários.

38 Insistem na ideia de que ter um trabalho
39 para a vida é coisa do passado e que é
40 mesmo útil para a juventude ter alterações
41 permanentes na sua vida, contactar com
42 novas realidades, ganhar novas
43 competências, para camuflar que a
44 precariedade dos vínculos laborais é um
45 flagelo que significa instabilidade
46 permanente com reflexos também no
47 desemprego.

48 Registam-se graves insuficiências na
49 formação dos trabalhadores nos seus
50 locais de trabalho.

51 À determinação dos partidos da política de
52 direita de imporem um país de **baixos**
53 **salários**, a luta de massas dos
54 trabalhadores, mobilizada pela CGTP-IN
55 e o Movimento Sindical Unitário, com um
56 determinante papel e contributo do PCP e
57 da JCP, contrapõe a exigência do
58 aumento geral dos salários e alcançou
59 subidas no SMN, ainda que insuficientes.
60 Uma necessidade tão mais premente
61 quando 75% dos jovens até aos 35 anos
62 recebem até 1000 euros líquidos, e 40%
63 recebem apenas até 800 euros.

64 Realidade que não está desligada da
65 caducidade da contratação colectiva, que
66 serve os objectivos do patronato,
67 permitindo a decisão unilateral de deixar
68 caducar o contrato, avolumando assim a
69 exploração e os lucros do grande capital.
70 A **contratação colectiva** é um direito que
71 permite aos trabalhadores consagrar e
72 garantir direitos e aumentos salariais,
73 podendo até ir mais longe do que a própria
74 lei, ou a regulação dos seus horários e
75 contribui para a consolidação da unidade
76 dos trabalhadores, sendo assim urgente a
77 revogação da norma da sua caducidade.

1 O tempo para viver é também questão
2 central para os jovens trabalhadores
3 enquanto cresce a dificuldade de conciliar
4 a vida pessoal com a vida profissional. Os
5 **horários desregulados**, onde se destaca
6 a generalização do **trabalho por turnos**,
7 a implementação de **bancos de horas**,
8 manobras dos patrões para não pagar
9 trabalho extraordinário, ou ainda a
10 implementação do teletrabalho,
11 desregulam a vida pessoal e engordam os
12 lucros do capital, dificultando o acesso à
13 cultura, ao desporto, ao lazer e até ao
14 descanso.

15 A redução do horário semanal de trabalho,
16 sem perda de remuneração, para as **35**
17 **horas para todos** continua por
18 concretizar na vida de milhares de jovens.

19 Regista-se ainda a degradação acelerada
20 da **saúde mental** de jovens
21 trabalhadores, realidade que não pode ser
22 dissociada do desgaste que a exploração
23 capitalista impõe sobre os trabalhadores,
24 sendo que se acentuou durante o período
25 da pandemia de Covid-19. É comum a
26 exaustão extrema, com consequências na
27 qualidade do sono e na própria
28 alimentação, na saúde e no bem-estar a
29 curto e a longo prazo.

30 Os problemas mencionados conduzem a
31 uma realidade com particular impacto na
32 juventude, a **emigração**. Hoje, quase 1
33 em cada 3 jovens nascidos em Portugal
34 vive fora do País. São milhares de jovens,
35 que fazem falta para o desenvolvimento
36 económico do nosso país, mas aos quais
37 a política de direita não só não apresenta
38 soluções como empurra para procurarem
39 condições de vida no estrangeiro. Esta
40 questão não pode ser desligada da

41 crescente divisão internacional do
42 trabalho, tal como do aprofundamento da
43 integração capitalista europeia a que o
44 nosso País tem sido sujeito, onde as
45 relações de submissão, que os
46 sucessivos governos aceitam e
47 consolidam, ditam como único caminho a
48 saída de jovens, desde logo os mais
49 qualificados, que sirvam os interesses de
50 outros países da UE.

51 O cenário actual tem impacto também na
52 situação dos **trabalhadores imigrantes**,
53 que se encontram numa situação
54 particularmente vulnerável. Situação que
55 se ampliou nos últimos anos e que não se
56 pode desligar da decisão do Governo PS
57 de acabar com o Serviço de Estrangeiros
58 e Fronteiras (SEF) e de não dotar a
59 Agência para a Integração Migrações e
60 Asilo (AIMA) dos recursos materiais e
61 humanos necessários para a resolução
62 dos problemas que estes trabalhadores
63 sentem. Esta situação de vulnerabilidade
64 é aproveitada pelo grande capital, que a
65 utiliza para aprofundar a sua exploração,
66 prosseguir a ofensiva sobre os direitos
67 dos trabalhadores, com o objectivo de
68 nivelar por baixo as condições de vida de
69 todos os trabalhadores,
70 independentemente da sua origem ou
71 nacionalidade.

72 Sublinhe-se o crescimento acelerado de
73 **trabalhadores das plataformas digitais**,
74 cujo número teve um crescimento
75 acelerado após a pandemia,
76 multiplicando-se os seus problemas,
77 designadamente, a ausência de contrato
78 de trabalho, a falta de acesso a seguro no
79 caso de acidente e subsídio de refeição,
80 serem obrigados a comprar o material
81 com que trabalham ou sofrerem

1 penalizações arbitrárias em particular a
 2 suspensão das suas contas, visando a
 3 entrada de novas contas ainda a mais
 4 baixo custo.

5 Destacam-se também as condições
 6 vividas pelos **trabalhadores do**
 7 **comércio e serviços** que, aliado aos
 8 problemas mais gerais, sentem com
 9 especial dureza a desregulação dos seus
 10 horários, sendo de sublinhar a sua
 11 reivindicação do fecho do comércio aos
 12 Domingos e Feriados.

13 Também é de realçar a realidade dos
 14 **jovens operários**, alvo do
 15 aprofundamento da exploração por via do
 16 alargamento e desregulação dos horários
 17 com recurso à laboração contínua e
 18 turnos rotativos, através da
 19 subcontratação onde, ocupando o mesmo
 20 posto que outros colegas, gozam de
 21 menos direitos, piores salários, abusos
 22 por parte do patronato, visíveis das fardas
 23 ao acesso às instalações.

24 Para impedir o aumento dos salários os
 25 centros de difusão do capital insistem na
 26 ideia de que a solução para alterar o rumo
 27 de empobrecimento dos jovens
 28 trabalhadores é a redução dos impostos,
 29 visando acentuar a brutal **injustiça fiscal**
 30 vivida no nosso país, onde os mesmos
 31 governos que impedem a descida do IVA
 32 para a eletricidade, gás e
 33 telecomunicações e do IRS para os
 34 trabalhadores abrem os cordões à bolsa
 35 quando o assunto é o IRC e as borlas
 36 fiscais.

2.6. Outras Áreas da Vida da Juventude

37
 38
 39 **2.6.1.** O acesso à **habitação** é central
 40 para o bem-estar, o desenvolvimento
 41 individual e colectivo e a emancipação da
 42 juventude. Está consagrado como um
 43 direito no artigo 65º da CRP, mas as
 44 barreiras no seu caminho estão cada vez
 45 mais altas. Os jovens portugueses só
 46 conseguem sair de casa dos pais em
 47 média aos 30 anos. As rendas sofreram
 48 aumentos sucessivos, totalizando 50%
 49 entre 2021 e 2024. A UE e o Banco
 50 Central Europeu (BCE), ao serviço do
 51 capital financeiro, aumentaram as taxas
 52 de juro a partir de 2022 e provocaram uma
 53 subida desmedida dos créditos à
 54 habitação. Ao mesmo tempo, os salários
 55 reais não acompanham essa dinâmica e
 56 os grandes grupos económicos lucram
 57 milhões.

58 PS, PSD e CDS partilham entre si os
 59 golpes contra o acesso à habitação,
 60 transformando-a numa mercadoria. Os
 61 últimos anos foram marcados pelo
 62 crescente abandono da habitação pública,
 63 a venda das nossas cidades aos fundos
 64 imobiliários e pela especulação, de mãos
 65 dadas com o Novo Regime do
 66 Arrendamento Urbano (NRAU),
 67 conhecido como a “Lei dos Despejos” de
 68 2012, ainda em vigor. O pacote Mais
 69 Habitação da maioria absoluta do PS e a
 70 isenção do IMT do governo PSD/CDS
 71 seguem este caminho, fingindo resolver o
 72 problema, mas ignorando e até
 73 aprofundando as suas facetas.

74 Agudizam-se as injustiças, mas
 75 desenvolve-se a luta pelo direito à
 76 habitação. Desde 2023 que milhares de

1 pessoas saíram às ruas de todo o País,
 2 em grandes acções dinamizadas por
 3 movimentos que se vêm afirmando e com
 4 um grande contributo da juventude.
 5 Exigem a diminuição das taxas de juro, o
 6 fim dos despejos, o alargamento dos
 7 contratos e o reforço da habitação pública.
 8 É necessário travar a especulação e
 9 efectivar a habitação enquanto um direito
 10 para todos.

11 **2.6.2. As discriminações e a difusão**
 12 **dos preconceitos** e injustiças são uma
 13 das marcas do capitalismo, que promove
 14 o ódio e a divisão da juventude e dos
 15 trabalhadores para impedir a identificação
 16 dos responsáveis pela exploração e pelas
 17 injustiças e a unidade em torno da luta
 18 pela alternativa, ao mesmo tempo que
 19 através do simulacro da sua superação,
 20 edifica linhas de ofensiva que visam
 21 substituir a solidariedade de classe pela
 22 solidariedade em função de diferentes
 23 critérios. A luta contra a política de direita
 24 é o caminho para garantir a todos
 25 independentemente do sexo, da cor da
 26 pele, identidade ou orientação sexual,
 27 religião ou país de origem, a igualdade no
 28 acesso ao trabalho com direitos, à
 29 habitação digna, à educação, à saúde, à
 30 mobilidade, à cultura e ao desporto, tal
 31 como o nosso povo inscreveu na
 32 Constituição de Abril.

33 Persiste a **desigualdade entre homens e**
 34 **mulheres** na escola, no trabalho e na
 35 vida. As mulheres continuam a ser
 36 empurradas para profissões com um
 37 salário médio inferior ao dos homens
 38 (menos 13,2%, em 2024). O facto de
 39 estarem em maior número nas profissões
 40 ligadas ao comércio aumenta o seu peso
 41 nos trabalhadores com horários

42 desregulados. À excepção de algumas
 43 profissões específicas, têm mais
 44 dificuldades em aceder a lugares de
 45 chefia e são alvos preferenciais da
 46 repressão.

47 O direito pleno à **saúde sexual e**
 48 **reprodutiva** das mulheres é colocado em
 49 causa, verificando-se retrocessos no
 50 acesso à Interrupção Voluntária da
 51 Gravidez no Serviço Nacional de Saúde.
 52 Também a forma como a gravidez, o parto
 53 e o pós-parto são olhados e tratados
 54 revelam ainda sérias lacunas no acesso
 55 ao direito à saúde.

56 As mulheres continuam a ser os principais
 57 alvos de violência no namoro, violência
 58 doméstica, assédio sexual ou violação,
 59 exigindo-se reais políticas de prevenção e
 60 apoio à vítima. A degradação das suas
 61 condições de vida empurra centenas de
 62 mulheres para a prostituição, colocando
 63 em causa o seu direito à dignidade,
 64 deixando-as vulneráveis à chantagem, à
 65 violência física e emocional, que se traduz
 66 numa das formas mais brutais da
 67 exploração do corpo. Enquanto o capital
 68 procura fazer passar a prostituição por um
 69 trabalho, branqueando a dureza desta
 70 realidade, promovendo a sua legalização
 71 e, por essa via, a sua banalização,
 72 sabemos bem a realidade que a ela está
 73 associada- violência, toxicodependência,
 74 inserção em redes de tráfico humano.

75 Os jovens continuam a confrontar-se com
 76 situações de **discriminação em função**
 77 **da identidade e orientação sexual** no
 78 acesso a direitos fundamentais como a
 79 habitação, o acesso à saúde,
 80 nomeadamente os jovens transexuais no
 81 acesso a unidades de saúde

1 especializadas, e a falta de serviços de
2 psicologia seja no SNS, nas Escolas
3 Secundárias ou nas IES. No trabalho, no
4 acesso a um vínculo efectivo ou um
5 horário regulado. Discriminações que têm
6 impactos diferenciados face à condição
7 de classe de cada um e que se
8 consubstanciam, também, a partir das
9 necessidades materiais que não vêm
10 garantidas.

11 As discriminações e **preconceitos**
12 limitam os jovens no seu direito a serem
13 felizes, a namorar, a emanciparem-se,
14 sendo quem são. Preconceitos que
15 influenciam a forma como se relacionam
16 com os outros e consigo mesmos na sala
17 de aula, no desporto que praticam, na
18 casa que têm que partilhar. Que impactam
19 na sua saúde mental, no ambiente familiar
20 e escolar em que, por exemplo, um jovem
21 em função da sua orientação sexual pode
22 ver adiado o afecto, o amor, o entusiasmo
23 de ser jovem e a alegria.

24 Discriminações e preconceitos
25 fomentados pelo **discurso reaccionário**
26 **e de ódio** que diferentes protagonistas da
27 política de direita difundem cada vez mais.
28 Que agravam o medo de quem, pelas
29 suas características, se vê forçado ao
30 isolamento dos seus amigos e da família.
31 Que alimentam a reprodução da violência,
32 que induzem a negação e o apagamento
33 da sua identidade ou orientação sexual, e
34 causam um profundo sofrimento
35 associado ao encurralamento entre o
36 medo de ser-se quem realmente se é e
37 uma vida simulada que encaixe nos
38 preconceitos. Ódio que procura quebrar e
39 dividir, que se alastra a todo o tipo de
40 discriminações e preconceitos, que mata.
41 Ódio que se combate na luta pelo mundo

42 novo pelo qual lutamos, onde cada um
43 será emancipado.

44 O **racismo e a xenofobia** com que se
45 confrontam milhares de pessoas interessa
46 ao capital manter enquanto instrumento
47 para dividir os trabalhadores com a
48 culpabilização do outro e para esconder
49 os verdadeiros culpados das dificuldades
50 que todos enfrentam no dia-a-dia, para
51 impedir a identificação dos responsáveis
52 pela exploração e alimentar discursos
53 populistas de ódio.

54 Assistimos a uma segregação em função
55 da nacionalidade, etnia e cor da pele, que
56 se verifica no acesso à habitação, à
57 educação, ao trabalho com direitos e até
58 ao igual acesso às diferentes instituições
59 do Estado.

60 São alimentados sentimentos de divisão,
61 racismo e xenofobia a partir do ataque aos
62 serviços públicos e à substituição do seu
63 carácter universal por respostas
64 assistencialistas, através de campanhas
65 propagandísticas que têm vívidas
66 repercussões no dia-a-dia das
67 populações. É exemplo disso a falta de
68 vagas nas creches, a falta de habitação
69 pública ou a exclusão e segregação
70 imposta às populações dos bairros pela
71 sua natureza de classe, procurando virar
72 os que ficam sem resposta contra os seus
73 semelhantes em vez de apontarem os
74 verdadeiros responsáveis- os que
75 acumulam toda a riqueza a partir da sua
76 exploração.

77 O Estado tem de garantir a todos os
78 cidadãos o direito ao trabalho com
79 direitos, criando condições para a
80 regularização dos **imigrantes**, permitindo
81 assim que tenham acesso aos direitos

1 fundamentais para uma vida digna,
2 nomeadamente uma habitação digna.

3 Sendo um fenómeno com expressão
4 pública crescente, é potenciado pela
5 difusão de ideias reaccionárias, visando a
6 criação de falsos inimigos no seio das
7 camadas populares, a segmentação das
8 populações e a intensificação da
9 exploração.

10 Os **jovens com deficiência** encontram-
11 se numa situação de particular
12 vulnerabilidade económica e social,
13 espelhada no isolamento social, com
14 dificuldades acrescidas de acesso a
15 serviços públicos, funções sociais do
16 Estado e à habitação. Os jovens com
17 deficiência confrontam-se,
18 designadamente com a falta de
19 acompanhamento nas aulas, com a
20 ausência de apoios específicos na saúde,
21 a dificuldade de acesso a locais públicos,
22 a falta de desportos adaptados, a
23 dificuldade de acesso ao emprego e
24 muitos outros. Problemas estes que
25 impactam a qualidade de vida e bem-
26 estar, nomeadamente ao nível da
27 autonomia e independência.

28 **2.6.3. A cultura** enfrenta hoje um ataque
29 de vasta magnitude, que visa
30 comprometer o acesso e a fruição cultural.
31 A difusão do pensamento dominante, da
32 cultura da classe dominante, constitui um
33 poderoso instrumento do capital,
34 garantindo assim mais uma arma no
35 confronto ideológico, procurando por essa
36 via, uma **hegemonização ideológica**.

37 O caminho de desinvestimento,
38 continuando por cumprir o 1% do OE para
39 a cultura, de degradação das estruturas
40 públicas que garantam a gestão das mais

41 diversas áreas, as inúmeras assimetrias
42 regionais na oferta e nos equipamentos
43 culturais, ao que acrescem ainda os
44 custos elevados por exemplo, para a
45 compra de um livro ou de uma ida ao
46 teatro, são elementos que conduzem a
47 um aprofundamento das dificuldades de
48 acesso à fruição cultural.

49 Os trabalhadores da cultura são
50 confrontados com o flagelo da
51 precariedade, da instabilidade, do
52 desemprego, de salários baixos e do
53 recurso aos falsos recibos verdes.

54 Aos jovens faltam apoios para a produção
55 cultural, faltam locais com as condições
56 necessárias para o trabalho, faltam
57 incentivos para que todos os que o
58 queiram possam abraçar a cultura.

59 A defesa da soberania e independência
60 nacionais, enquadrada na luta pelo
61 aprofundamento da democracia, exige a
62 defesa da cultura nacional, inserindo
63 neste plano as expressões artísticas e
64 manifestações populares de cultura, as
65 tradições, os convívios e festas, música e
66 jogos populares.

67 **2.6.4. O desporto e a actividade física**
68 são, não só elementos essenciais para a
69 formação integral do indivíduo, como
70 direitos consagrados na Constituição. Em
71 sentido contrário, está o caminho seguido
72 pela política de direita, de elitização
73 crescente e de redução da base da prática
74 desportiva. Importante para o
75 desenvolvimento de uma vida saudável e
76 para a construção de uma vida social
77 democrática, conta com um crescente
78 número de praticantes, apesar do
79 **caminho de desinvestimento**.

1 Portugal encontra-se no fim da lista,
2 quando comparado com outros países da
3 Europa, no que se trata de actividade
4 física, o que se relaciona com a falta de
5 equipamentos desportivos públicos, uma
6 parte dos quais é deixada ao abandono.
7 Somam-se os custos para a prática
8 desportiva, também eles crescentes e que
9 sobrecarregam as famílias.

10 Uma **crecente mercantilização** e
11 submissão aos interesses de grupos
12 económicos marca o sector, que leva ao
13 abandono de modalidades consideradas
14 menos rentáveis.

15 O **insuficiente financiamento do**
16 **movimento associativo popular**,
17 continua a colocar entraves a um dos
18 principais mecanismos de contacto da
19 juventude com o desporto e da prática
20 desportiva, decisivo para uma verdadeira
21 democratização do desporto.

22 **2.6.5. O Movimento Associativo Juvenil**
23 **(MAJ)**, não obstante dificuldades que lhe
24 são impostas, constitui hoje uma
25 importante realidade. Com estruturas
26 nacionais, algumas com milhares de
27 sócios e participantes, regionais e locais,
28 estruturadas ou não na Federação
29 Nacional de Associações Juvenis (FNAJ),
30 conta ainda com inúmeras expressões
31 não formais, por vezes efémeras.

32 O MAJ tem uma intervenção muito
33 diversificada, no desporto, na cultura, no
34 convívio, na acção social, no intercâmbio,
35 entre muitas outras temáticas.

36 O **associativismo** no nosso País enfrenta
37 dificuldades que se acentuaram durante a
38 epidemia de Covid-19 e que persistem,
39 decorrentes da falta de financiamento e do

40 Regime Jurídico do Associativismo
41 Jovem, que continuam a impactar
42 negativamente, designadamente pelo seu
43 burocratismo, a actividade e subsistência
44 das associações, sobretudo as de
45 carácter não formal. Destacam-se a falta
46 de apoios financeiros e logísticos, em
47 especial às associações que se
48 encontram sem espaço próprio.

49 O actual Instituto Português do Desporto
50 e da Juventude (IPDJ), produto da fusão
51 do Instituto Português da Juventude (IPJ)
52 com o Instituto Português do Desporto
53 (IPD), em 2011, perpetua a
54 desvalorização do desporto e da prática
55 desportiva, bem como das políticas da
56 juventude, exigindo-se, cada vez mais, a
57 separação das duas matérias.

58 A JCP considera essencial a eliminação
59 das barreiras que afectam as associações
60 juvenis e condicionam a sua autonomia,
61 desde logo através do aumento do seu
62 financiamento e apoios que lhes são
63 destinados, bem como a
64 desburocratização dos processos,
65 eliminando os entraves colocados na
66 criação e legalização das associações,
67 bem como o reconhecimento do
68 associativismo não formal.

69 **2.6.6. Os processos de liberalização e**
70 **privatização dos transportes** colocam
71 em causa a garantia do serviço às
72 populações que necessitam e até
73 dependem destes para estudar e
74 trabalhar. As populações confrontam-se
75 diariamente com transportes
76 sobrelotados, com a falta de cobertura na
77 área onde vivem, consequências da
78 ausência de investimento, e de uma

1 política que trava o acesso universal à
2 mobilidade.

3 Apesar de se valorizar a gratuidade do
4 passe social para todos os jovens até os
5 23 anos, é necessário ir mais longe. O
6 **acesso universal à mobilidade e**
7 **transportes** é uma das responsabilidades
8 do Estado Central que tem de garantir o
9 bem-estar das populações, com uma
10 cobertura nacional eficaz e de qualidade,
11 ao contrário do que tem acontecido de
12 norte a sul do País com a mudança de
13 horários, supressão de carreiras e
14 quebras na oferta pública.

15 **2.6.7.** Aprofundam-se as **assimetrias**
16 **regionais** com uma redução da
17 população, entre os 15 e os 24 anos,
18 numa década, em muitos concelhos do
19 interior do País superior a 30%. Fortalecer
20 o Poder Local Democrático e a sua
21 capacidade de intervenção e concretizar a
22 **Regionalização** permitiria que fossem
23 planeadas e concretizadas medidas
24 focadas nas necessidades das
25 populações, assentes no
26 desenvolvimento regional. Não romper
27 com as opções de décadas em questões
28 como a promoção do desporto, da cultura
29 e património, na definição de prioridades
30 de investimento e na conservação da
31 natureza, saúde, educação e transportes,
32 leva a que muitos jovens deixem as suas
33 terras e migrem para o litoral e áreas
34 metropolitanas para construírem a sua
35 vida, abandonando o interior e as Regiões
36 Autónomas.

37 **2.6.8.** As alterações climáticas, a
38 degradação dos ecossistemas,
39 acentuação de fenómenos climáticos
40 extremos e todo o tipo de **problemas**

41 **ambientais** constituem uma preocupação
42 da juventude. Problemas ambientais que
43 são fruto da insustentabilidade do modo
44 de produção capitalista, que coloca o lucro
45 à frente das necessidades das
46 populações e da preservação do
47 ambiente e, simultaneamente, produz em
48 excesso e condena milhões de seres
49 humanos à fome e à falta das mais
50 básicas condições de vida e que produz
51 as armas, que para além das vidas que
52 ceifam, destroem o ambiente e tudo o que
53 o trabalho constrói.

54 O capitalismo não é verde, mas há quem
55 assim o tente pintar. Para o capital seria
56 impensável admitir a necessidade da
57 superação do capitalismo para a
58 resolução dos problemas ambientais,
59 tentando convencer a juventude que é
60 possível, no seu seio, encontrar as
61 soluções.

62 Na UE assistimos a fortes campanhas
63 propagandísticas em torno dos gases de
64 efeito de estufa da atmosfera, dos
65 benefícios fiscais da “fiscalidade verde” e
66 das Conferências para as Alterações
67 Climáticas da ONU (COPs). Instrumentos
68 como os fundos de perdas e danos e os
69 mercados de carbono procuram fazer da
70 mercantilização do Ambiente uma porta
71 para uma reindustrialização dita “verde”
72 que privilegie os principais grupos
73 económicos da UE, em detrimento dos
74 interesses dos povos. Em Portugal,
75 prossegue-se esta política, com
76 consequências lesivas para o nosso País
77 e para a juventude e os trabalhadores, de
78 que é exemplo o encerramento da
79 refinaria de Matosinhos, em 2021.

1 É fundamental desenvolver uma
2 verdadeira política ambiental, que envolva
3 e atente às necessidades das populações
4 e dos trabalhadores, que proteja as
5 espécies e os ecossistemas, que prepare
6 o País para fenómenos climáticos
7 extremos como as cheias e os incêndios
8 florestais, trave a destruição dos solos e
9 encurte as cadeias de produção, que
10 contribua para pôr fim à guerra e para o
11 desarmamento generalizado e
12 simultâneo.

13 **2.6.9. Os comportamentos adictivos e**
14 **as dependências**, o consumo de drogas,
15 tabaco e álcool, a proliferação de novos
16 fenómenos aditivos como as apostas
17 desportivas, o jogo online, os ecrãs, a
18 internet e as redes sociais, são
19 indissociáveis do sistema capitalista,
20 designadamente por serem fenómenos
21 altamente lucrativos e que contribuem
22 para a dominação social. Fenómenos
23 esses que se relacionam com a
24 degradação das condições de vida da
25 juventude e da necessidade de busca de
26 mecanismos de fuga.

27 A estas causas de fundo somam-se ainda
28 as graves consequências da política de
29 desinvestimento na saúde e de prevenção
30 de dependências, de que é exemplo a
31 actual falta de meios e de financiamento
32 do Instituto para os Comportamentos
33 Aditivos e as Dependências (ICAD), parte
34 de um trajecto de desmantelamento da
35 estratégia nacional de prevenção de
36 dependências em que se inseriu, durante
37 o anterior governo PSD/CDS, a extinção
38 do Instituto da Droga e
39 Toxicodependência (IDT) deixando,
40 durante anos, o País sem uma estrutura

41 única de intervenção na área das
42 dependências.

43 O combate às dependências exige
44 respostas que tenham em conta a relação
45 que cada indivíduo estabelece com as
46 substâncias e os comportamentos
47 adictivos, rejeitando caminhos baseados
48 na repressão e estigmatização, assim
49 como estratégias de combate iguais a
50 fenómenos diferentes, ou soluções de
51 liberalização do mercado de venda e
52 consumo de drogas. Exige-se ainda a
53 resposta ao conjunto dos flagelos sociais,
54 visando a prevenção, políticas de
55 acompanhamento, reabilitação e
56 reinserção.

57 **2.6.10. O Serviço Nacional de Saúde é**
58 há décadas, alvo da política de direita, que
59 procura a destruição deste serviço
60 público, uma conquista fundamental de
61 Abril, com o objectivo de abrir portas à
62 privatização e ao negócio da
63 doença. Assinala-se como negativa a
64 generalização da adopção das consultas
65 via online, ou a obrigação da realização de
66 pré-triagens por chamada telefónica,
67 quando o necessário é reforçar a
68 capacidade de resposta do SNS. A falta
69 de profissionais aprofunda más condições
70 de trabalho, como a desregulação de
71 horários, levando a que muitos
72 abandonem o serviço público, e que os
73 que ficam, em particular os jovens, sejam
74 encarados como meros tarefeiros.

75 O SNS é de todos e tem de estar
76 acessível a todos os jovens, potenciando
77 um contacto de proximidade,
78 particularmente com os cuidados de
79 saúde primários, a prevenção da doença
80 e a promoção da saúde. Importa alargar

1 as respostas do SNS na saúde sexual,
 2 mental, visual, oral e nutritiva, essenciais
 3 para garantir a saúde e o bem-estar da
 4 juventude. Salienta-se a necessidade de
 5 dar combate à degradação da saúde
 6 mental dos jovens, onde 20% das
 7 crianças e adolescentes, têm pelo menos
 8 uma perturbação mental e quase 31% dos
 9 jovens apresentam sintomas
 10 depressivos.

11 3. A Ofensiva Ideológica

12 Com os olhos postos na normalização do
 13 sistema e da exploração em que este
 14 assenta, consolida-se a ofensiva
 15 ideológica, que utiliza, entre outros, os
 16 meios de comunicação, estruturas
 17 digitais, redes sociais e a manipulação da
 18 produção cultural e científica. Essa
 19 ofensiva procura afirmar o capitalismo
 20 como sistema inevitável, promovendo
 21 valores centrados no **individualismo e na**
 22 **competição**, enquanto tenta normalizar
 23 as injustiças, desvaloriza o pensamento
 24 crítico da juventude, a acção colectiva e
 25 luta organizada em torno dos seus
 26 direitos. A concentração do poder de
 27 informar, nas mãos de poucos grupos
 28 económicos, contribui para restringir o
 29 acesso a projectos que apontam para a
 30 superação do sistema capitalista,
 31 excluindo, desvalorizando e deturpando
 32 posições que se oponham ao actual
 33 estado das coisas.

34 A juventude é um alvo central dessa
 35 ofensiva. Na Escola, promovem-se o
 36 individualismo, a meritocracia e a
 37 competição, como é o caso das tentativas
 38 de incluir o empreendedorismo e a
 39 chamada literacia financeira nos

40 currículos escolares, as concepções
 41 difundidas nos manuais escolares e ainda
 42 na produção ideológica, da classe
 43 dominante, em certos centros
 44 universitários. Procura-se substituir a
 45 consciência e os elos de classe pela
 46 competição entre os jovens que, na lógica
 47 dominante, devem estar prontos a passar
 48 por cima do próximo e a habituarem-se a
 49 contar os tostões que lhes irão sobrar ao
 50 final do mês de trabalho. Nos **meios de**
 51 **comunicação dominantes**, é evidente o
 52 esforço para “normalizar” as
 53 desigualdades, apresentando a
 54 precariedade e a flexibilidade no trabalho
 55 como condições inevitáveis e até
 56 desejáveis. Uma narrativa que procura
 57 conter a consciência de classe,
 58 promovendo uma cultura de conformismo
 59 e passividade.

60 A ofensiva ideológica é também visível no
 61 processo de **reescrita da história**,
 62 procurando reabilitar o fascismo,
 63 minimizar e menorizar o papel dos
 64 comunistas na luta pelo seu
 65 derrubamento e pela defesa dos valores
 66 de Abril afirmar a ideia de um 25 de Abril
 67 desprovido da sua componente essencial,
 68 o processo libertador do povo português
 69 das amarras de um regime opressivo ao
 70 serviço dos monopólios e dos
 71 latifundiários, e desvalorizar o processo
 72 revolucionário, que resultou na conquista,
 73 por parte dos trabalhadores e do povo, de
 74 um conjunto de direitos, liberdades e
 75 garantias, ao nível económico, social e
 76 cultural, reduzindo-o à sua componente
 77 política e, mesmo assim, apontada como
 78 uma mera etapa na construção de uma
 79 democracia “liberal-burguesa”.

1 Procuram, protegidos pelas leis que
2 aprovaram, à margem da Constituição da
3 República Portuguesa, **limitar a**
4 **discussão, organização e consequente**
5 **intervenção** dos jovens, bem como das
6 suas estruturas representativas.
7 Promovem a alienação e a participação
8 em espaços paralelos ou
9 institucionalizados, de que são exemplo
10 os Orçamentos Participativos e o
11 Parlamento dos Jovens, que, num
12 simulacro de participação, afastam os
13 estudantes da intervenção da sua escola,
14 com os seus colegas e em torno da sua
15 realidade concreta, incentivando a
16 promoção pessoal, visão que reduz a
17 política ao carreirismo político-partidário.
18 Aspecto que se confirma no Ensino
19 Superior, com a proliferação e
20 consolidação de estruturas associativas
21 de cúpula, assentes na mesma lógica
22 individualista.

23 A **precariedade e a sua consolidação**
24 como regra é outra dimensão central da
25 ofensiva ideológica. Apresenta-se como
26 moderno, como “fase de transição”, ou
27 oportunidade de crescimento o que, na
28 verdade, não passa de intensificação da
29 exploração. Usam mesmo as inovações
30 tecnológicas para apresentar como
31 empresários/empreendedores, milhares
32 de jovens cuja exploração é intermediada
33 por aplicações digitais. Fomentam
34 divisões e aproveitam para, dessa forma,
35 aumentar o lucro.

36 A **terminologia corporativa** que substitui
37 “trabalhador” por “colaborador”, as
38 introduções do conceito de “salário
39 emocional” são usadas para **diluir a**
40 **distinção entre as classes**, deslegitimar
41 a luta de classes e esvaziar o conceito de

42 organização sindical. Criam sindicatos
43 ditos independentes, mas ligados
44 umbilicalmente aos patrões, que
45 procuram enfraquecer a unidade dos
46 trabalhadores e o prestígio dos sindicatos
47 de classe.

48 A ofensiva estende-se às **redes sociais e**
49 **plataformas digitais**, que têm um papel
50 cada vez mais importante na formatação
51 das consciências. Detidas pelo grande
52 capital internacional, promovem
53 conteúdos que reforçam a visão
54 conformista e individualista, apresentando
55 o consumismo e a competitividade como
56 valores centrais, na persecução de um
57 estilo e projecto de vida da classe
58 dominante. Os algoritmos impulsionam a
59 desinformação e as visões superficiais,
60 enquanto limitam o alcance de
61 perspectivas críticas ou divergentes à
62 narrativa do sistema.

63 A intervenção nestes espaços tem de ter
64 em conta os elementos acima descritos, o
65 controle por conglomerados de
66 comunicação e pelos seus objectivos a
67 possibilidade de, de um momento para o
68 outro, como se verificou recentemente,
69 tomarem a decisão de limitar e até mesmo
70 remover conteúdos e páginas que não se
71 alinhem com a narrativa dominante. E não
72 deverá contribuir para o aprofundamento
73 da individualização e isolamento físico do
74 activismo, da discussão e da intervenção,
75 para a divisão da juventude e
76 entrincheiramento de cada um em torno
77 do seu problema específico, sem atenção,
78 preocupação ou acção em torno de
79 problemas, que sendo concretos, afectam
80 o colectivo.

1 Promove-se a chamada acção directa e o
2 activismo das redes, diminuindo o papel
3 da intervenção colectiva e organizada,
4 assistindo-se à multiplicação de
5 “movimentos” e “colectivos” “inorgânicos”
6 cuja acção, muitas vezes, se pauta pelo
7 aventureirismo, baseado numa análise
8 desligada da vida real, da actual fase
9 histórica, conjuntura e das próprias
10 massas, unicamente atento às dinâmicas
11 mediáticas.

12 Entre as dezenas de grupos que surgem,
13 destacamos a prevalência de uma **linha**
14 **política esquerdista**, assente numa
15 lógica de desvalorização e
16 subalternização do papel dos partidos e
17 organizações sociais, que foram e são, as
18 estruturas políticas e de intervenção
19 cívicas de organização e influência de
20 classe, dominada e dominante. Grupos
21 que têm em comum o anti-comunismo
22 primário, tendo mesmo, em alguns casos,
23 como único elemento fundacional,
24 agregador e programático, o ataque à
25 acção e ao prestígio do PCP e da JCP,
26 não apresentando, por sua vez, um
27 caminho com objectivos imediatos e a
28 médio prazo, que dê resposta às
29 necessidades da juventude e dos
30 trabalhadores, para a superação
31 revolucionária do capitalismo, limitando-
32 se ao verbalismo pseudo-revolucionário.

33 No que concerne a questões no plano
34 internacional, e a cobro do tacticismo de
35 afirmar o ideal comunista como
36 ultrapassado, **estruturas social-**
37 **democratizantes**, constituem-se como
38 acérrimos defensores das posições
39 defendidas pela direita, a UE, a NATO e
40 os EUA. Para garantir o aval dos meios de
41 comunicação social, defendem seja

42 activamente ou por omissão, o papel e as
43 guerras da NATO e dos EUA; procuram
44 não enfrentar os problemas decorrentes
45 da UE e da adesão de Portugal ao Euro;
46 desenvolvem nas escolas, nas IES e nos
47 locais de trabalho, dinâmicas paralelas,
48 que visam a quebra da unidade dos
49 estudantes, do movimento sindical
50 unitário, procurando no processo isolar os
51 comunistas e, dessa forma, aliando-se à
52 direita.

53 A promoção de **discursos, forças e**
54 **concepções reaccionárias, racistas e**
55 **xenófobas**, também é facilitada nas
56 redes sociais, promovida nos meios de
57 comunicação social dominantes,
58 ajudando a dividir e fragilizar a unidade
59 dos trabalhadores, e as bases de um
60 pensamento colectivo e crítico, que
61 identifique os verdadeiros culpados.
62 Partidos ditos “anti-sistema”, apoiados de
63 toda a forma possível pelo grande capital,
64 representam o pior do capitalismo e
65 encontram, na conjugação do ataque às
66 conquistas de Abril pelos sucessivos
67 governos PS/PSD, com ou sem CDS, do
68 consequente descontentamento das
69 populações e das campanhas mediáticas
70 de menorização, distorção ou calúnia em
71 relação ao PCP, e na sua imensa
72 promoção, o caldo perfeito para o seu
73 crescimento. Baseiam a sua linha
74 ideológica na criação de falsos inimigos,
75 disseminação de preconceitos, assim
76 como assentam o seu discurso anti-
77 corrupção num desfile de vaidades,
78 omitindo a promiscuidade entre o poder
79 político e o poder económico.

80 O ambiente cultural e mediático
81 internacional, em que se inclui o papel das
82 plataformas de streaming, promove uma

1 visão do mundo que naturaliza o
2 capitalismo e apresenta a política como
3 espectáculo. Conteúdos, muitas vezes,
4 centrados em histórias de sucesso
5 individual e consumo, que desvalorizam
6 as lutas colectivas e limitam a reflexão
7 sobre as desigualdades estruturais.

8 Na luta contra esta ofensiva, o PCP e a
9 JCP têm um papel fundamental,
10 assumindo um papel de vanguarda ao
11 expor as contradições do sistema,
12 consciencializando e mobilizando a
13 juventude, utilizando as ferramentas de
14 análise e intervenção, a aplicação criativa
15 e aplicada às condições do nosso país, do
16 marxismo-leninismo.

17 É com a defesa da unidade, entre os
18 explorados e com outras camadas anti-
19 monopolistas, que encontramos o
20 caminho para dar combate às tentativas
21 de isolar o PCP e a JCP das massas.

22 É nestas condições que se impõe um
23 caminho de contacto, que envolverá
24 muitos, cara a cara, desconstruindo
25 preconceitos, que obstaculizam a
26 identificação imediata do nosso projecto
27 como verdadeira alternativa, envolvendo
28 outros tantos que encontram na melhoria
29 das condições da sua escola, no fim da
30 propina, no combate pelas 35 horas
31 semanais de trabalho, o caminho para
32 construir uma sociedade liberta de todas
33 as formas de exploração e opressão.

*

Parte II – Organizar, Unir, Lutar

1 4. O Movimento Juvenil e a JCP

2 O **Movimento Juvenil** com as várias
3 formas de organização e participação que
4 a juventude assume e constrói para
5 defender os seus interesses e objectivos
6 é uma importante expressão do povo
7 português. Sendo a juventude uma
8 camada heterogénea, é possível a
9 identificação de interesses e objectivos
10 gerais dos jovens que compõem este
11 movimento. É ainda a intervenção das
12 estruturas juvenis em torno desses
13 interesses e objectivos que caracteriza o
14 movimento juvenil.

15 A Juventude Comunista Portuguesa,
16 organização autónoma do Partido
17 Comunista Português, é uma organização
18 partidária, mas é também uma parte do
19 movimento juvenil.

20 O movimento juvenil comporta múltiplos
21 interesses e objectivos, e é composto por
22 Associações de Estudantes e
23 Académicas, grupos estudantis,
24 desportivos e culturais, a participação
25 juvenil no Movimento Sindical Unitário, as
26 Associações Juvenis de base local, as
27 Festas Académicas, a praxe, encontros
28 nacionais de vários âmbitos, órgãos de
29 imprensa juvenil, designadamente nas
30 IES e escolas, movimentos e
31 organizações que intervêm em torno de
32 áreas de interesse dos jovens, tais como
33 a Paz, em defesa do ambiente, pela
34 igualdade e contra as diversas formas de
35 discriminação.

36 O Movimento Juvenil tem expressões
37 formais, designadamente as associações
38 de estudantes e as associações juvenis
39 legalmente constituídas, inscritas ou não
40 no Registo Nacional do Associativismo
41 Jovem (RNAJ), que podemos considerar
42 como o Movimento Associativo Juvenil,
43 mas tem uma multiplicidade de
44 expressões não formais, a partir de
45 movimentos reivindicativos em torno de
46 dinâmicas concretas, de grupos culturais
47 e artísticos, ou da organização de eventos
48 pontuais. Esta é uma das principais
49 riquezas do Movimento Juvenil que tem
50 de ser valorizada e defendida pelos
51 responsáveis das políticas de juventude.

52 Quando um conjunto de jovens se junta
53 para defender uma questão em concreto,
54 ou por quererem praticar um desporto,
55 dinamizar acções culturais, partilharem
56 gostos em comum, ou em qualquer outra
57 circunstância, se organizam, discutem a
58 sua situação, definem linhas de acção
59 para a marcação de uma assembleia geral
60 da sua associação, uma reunião geral de
61 alunos, assembleia magna, ou um
62 plenário de estudantes, definem
63 actividades que querem desenvolver no
64 espaço comum, isto significa já uma forma
65 de confrontar uma política que se bate
66 pela atomização da sociedade e pelo
67 isolamento do indivíduo, seja através do
68 seu aparelho de propaganda, seja
69 limitando por via material os jovens a
70 participar e animar estes mesmos
71 espaços.

1 A JCP não se limita a ser apenas mais
2 uma estrutura integrante do movimento
3 juvenil. A JCP dirige e coloca em prática
4 uma política de unidade juvenil, que tem
5 como base os problemas dos jovens,
6 capazes de superar diferenças naturais e
7 de unir na acção as várias expressões da
8 juventude. São exemplo disso a
9 intervenção dos comunistas, em particular
10 de dirigentes associativos comunistas,
11 para a preparação das acções do Dia
12 Nacional do Estudante, sendo de sinalizar
13 as acções de 2022 e 2024, assim como na
14 construção do Encontro Nacional de
15 Juventude, nomeadamente em 2023.

16 É a JCP que assegura a ligação da luta da
17 juventude com a luta mais geral do nosso
18 povo, com destaque para a luta da classe
19 operária e de todos os trabalhadores.

20 Visando o alargamento do caudal de luta
21 nos vários sectores e a articulação
22 orientada para a defesa dos direitos dos
23 jovens do movimento juvenil, importa
24 reforçar a intervenção dos jovens
25 comunistas nesta frente de trabalho,
26 particularmente no Movimento
27 Associativo, promovendo uma postura
28 descomplexada junto de todos os jovens
29 democratas, no sentido da construção da
30 unidade. Aos jovens comunistas cabe
31 estar nos momentos de convívio, nos
32 espaços de discussão, decisão e acção
33 com criatividade e compromisso,
34 contribuir para o progresso, a justiça e
35 generosidade, o espírito de iniciativa e a
36 alegria, para a elevação de consciências,
37 com a afirmação dos valores de Abril.

38 **4.1.1. Movimento Estudantil no** 39 **Ensino Secundário**

40 O Movimento Estudantil no Ensino Básico
41 e Secundário é diversificado. Contém nele
42 as Associações de Estudantes (AAEE) e
43 as listas que a ela se candidatam, as
44 comissões de finalistas, os grupos
45 desportivos e culturais, clubes, ou outros
46 grupos informais. Com características e
47 particularidades distintas, unem-se pelo
48 contributo que dão à organização dos
49 estudantes.

50 Nas organizações ou associações
51 construídas por si mesmos, os estudantes
52 podem discutir, organizar-se, lutar ou
53 construir momentos de convívio,
54 sendo estas essenciais para a
55 democratização da Escola no caminho da
56 Escola de Abril que defendemos.

57 O movimento estudantil é inevitavelmente
58 marcado pelo contexto em que está
59 inserido, enfrentando crescentes
60 dificuldades. Destaca-se, por um lado, a
61 disseminação da resignação, do
62 individualismo e divisão dentro das
63 escolas, em detrimento do espírito de
64 iniciativa, solidariedade, discussão e
65 acção colectivas; e, por outro lado, a falta
66 de tempo, a sobrecarga horária, a falta de
67 transportes públicos acessíveis, o
68 aumento do custo de vida e o crescente
69 número de trabalhadores-estudantes.

70 A desvalorização das Associações de
71 Estudantes inclui crescentes processos
72 de ingerência por parte das direcções das
73 escolas no decorrer da actividade regular
74 das AAEE, mas sobretudo nos momentos
75 de preparação da eleição das mesmas. É
76 comum a proibição de Reuniões Gerais de

1 Alunos, constrangimentos impostos ao
2 período de campanha eleitoral, decisões
3 unilaterais em torno do calendário
4 eleitoral, ou até mesmo a tentativa de
5 intromissão nos conteúdos dos
6 programas das várias listas e limitação
7 dos estudantes que se podem candidatar.

8 Às Associações de Estudantes são
9 retiradas as suas salas, e as que as têm
10 são muitas vezes de fracas condições.
11 Acresce a progressiva perda de
12 autonomia e os processos
13 excessivamente burocráticos que limitam
14 a sua actividade.

15 As AAEE são despidas do carácter
16 reivindicativo de luta que sempre tiveram
17 e deveriam ter. Sucumbidas a negócios
18 dos bailes e das viagens de finalistas, é-
19 lhes retirado o espaço para a discussão,
20 organização e luta em torno dos
21 problemas concretos da sua escola.

22 Procura-se retirar a força a momentos de
23 discussão determinantes na vida
24 democrática estudantil como RGAs, para
25 substituir por reuniões apenas de
26 delegados e subdelegados de turma,
27 condicionados pelas direcções das
28 escolas, ou afirmando meramente que
29 estas ocasiões não são relevantes para a
30 participação dos estudantes, antes
31 complicam a vida escolar.

32 Perante todas as dificuldades, a
33 **resistência das Associações de**
34 **Estudantes** e as suas características de
35 massas, comprovam o compromisso dos
36 estudantes com os seus espaços de
37 organização e participação democrática,
38 tal como um grande espírito de iniciativa e
39 vontade de mudança.

40 Os estudantes do Ensino Básico e
41 Secundário unem-se em torno de diversos
42 momentos de luta ao longo do ano.

43 Desde o último Congresso,
44 desenvolveram-se acções em centenas
45 de escolas, em torno de problemas
46 concretos em cada escola e região, tal
47 como de problemas de âmbito geral,
48 sobretudo aquando do 24 de Março.
49 Mantendo-se uma data essencial na
50 história do movimento estudantil, tem sido
51 todos os anos assinalada com acções de
52 agitação e luta por todo o País,
53 construídas a partir de espaços informais
54 de articulação das Associações de
55 Estudantes do Ensino Secundário, que
56 importa alargar e valorizar. A conquista de
57 obras ou da contratação de funcionários e
58 psicólogos em diversas escolas mostra
59 que é pela luta que lá vamos.

60 Com a ofensiva que se adensa, é
61 fundamental que os jovens comunistas
62 não arredem pé e se mantenham firmes e
63 empenhados na participação no
64 movimento estudantil, garantindo que
65 este não perde as suas principais
66 características e se mantém reivindicativo
67 e que luta pelos direitos dos estudantes e
68 da juventude.

69 Todos os estudantes fazem parte da AE
70 da sua escola. o Movimento Associativo
71 Estudantil é, por excelência, o espaço
72 para a convergência e unidade dos
73 estudantes, onde discutem os seus
74 problemas comuns e se organizam para
75 lutar. É necessário avançar no sentido de
76 uma maior valorização e reconhecimento
77 do papel das associações de estudantes,
78 com a regularidade de reuniões ou
79 assembleias gerais de alunos, bem como

1 de outros momentos da vida democrática
2 nas escolas, garantindo que cada vez
3 mais estudantes neles participam e
4 sentem a sua voz ouvida, compreendendo
5 que é nas AAEE o espaço para a
6 convergência e unidade dos estudantes,
7 onde se discutem os seus problemas e se
8 organizam para lutar.

9 Neste contexto, destaca-se que o **papel**
10 **dos estudantes comunistas** assumem
11 no levantamento de problemas concretos,
12 na agitação dentro das escolas, na
13 construção de colectivos de escola, na
14 dinamização de momentos de luta e no
15 fortalecimento do Movimento Associativo,
16 importando que cada comunista se insira
17 e intervenha no movimento juvenil, de
18 igual para igual, com todos os que sentem
19 as injustiças.

20 **4.1.1.1. A Organização do Ensino**
21 **Secundário da JCP** é a organização
22 autónoma de âmbito nacional, onde se
23 organizam os militantes que frequentam o
24 Ensino Básico e Secundário.

25 **A intervenção no ensino secundário é**
26 **a prioridade da JCP** por nela passarem a
27 maioria dos jovens, com interesses e
28 formas de estar muito próximas, numa
29 fase da vida de descoberta,
30 aprendizagem, de formação da
31 personalidade e da consciência, de
32 princípios e valores, sendo, por isso, um
33 importante espaço na batalha ideológica.
34 Apesar da ofensiva, persistem valores de
35 solidariedade e espírito de iniciativa, tal
36 como grandes potencialidades de luta. Os
37 colectivos de escola são organismos de
38 base da organização do ensino
39 secundário. Através da definição de
40 escolas prioritárias, precisamos de

41 avançar na estruturação dos colectivos
42 existentes e na criação de novos,
43 assegurando um espaço de discussão e
44 trabalho colectivo, que permita a
45 responsabilização de mais camaradas por
46 tarefas regulares.

47 A Organização do Ensino Secundário é
48 dirigida pela **Coordenadora Nacional do**
49 **Ensino Secundário (CNES)** e pelo seu
50 Secretariado, que devem discutir e definir
51 as linhas de actuação dos comunistas nas
52 escolas.

53 O órgão máximo da direcção da
54 Organização do Ensino Secundário é o
55 **Encontro Nacional do Ensino**
56 **Secundário (ENES)** que deve,
57 ordinariamente, realizar-se de dois em
58 dois anos, discutindo e decidindo as
59 orientações que guiarão a actividade do
60 sector nos tempos seguintes.

61 O 15º ENES, que se realizou no dia 6 de
62 Maio de 2023, em Setúbal, foi um
63 contributo determinante para a
64 organização dos estudantes do nosso
65 país. O encontro apontou como bandeiras
66 de luta essenciais dos estudantes do
67 Ensino Secundário a luta pela Escola
68 Pública gratuita, democrática e de
69 qualidade, a Escola de Abril, e as formas
70 de intervenção que os jovens comunistas
71 deverão assumir perante as condições em
72 que intervêm.

73 Cabe aos estudantes comunistas do
74 ensino secundário aprofundar o seu
75 conhecimento e ligação aos problemas e
76 dinâmicas concretas dos seus colegas, a
77 denúncia dos problemas onde eles são
78 mais impactantes, assim como combater
79 manifestações de sectarismo.

1 Importa ainda trabalhar para que a
2 Organização do Ensino Secundário e os
3 seus organismos de direção assumam
4 uma maior autonomia no trabalho regular,
5 responsabilizando mais camaradas do
6 Ensino Secundário, assim como avançar
7 numa maior estruturação do sector nas
8 regiões, com a criação ou o
9 funcionamento de colectivos de escola.

10 **4.1.2. Movimento Estudantil no** 11 **Ensino Profissional**

12 O Movimento Estudantil no Ensino
13 Profissional acarreta constrangimentos na
14 participação dos estudantes
15 apresentando dois eixos centrais de
16 limitação: a realidade de estudo e de vida
17 destes estudantes e a ofensiva ideológica.

18 Os estudantes do Ensino Profissional
19 pelas circunstâncias objectivas de estudo,
20 com uma elevada sobrecarga horária,
21 pelo sistema de faltas e o modelo de
22 aprendizagem por módulos, que atentam
23 contra o tempo livre, encontram
24 **limitações à sua organização cultural,**
25 **desportiva, recreativa ou política.**
26 Realidade agravada no caso dos
27 trabalhadores-estudantes, que têm
28 necessidade de trabalhar para suprir as
29 necessidades das suas famílias, sendo
30 que nesta via de ensino há uma maior
31 probabilidade de existirem pais
32 desempregados.

33 O regime de faltas existente entra em
34 **conflito com a lei do movimento**
35 **associativo juvenil** que defende a
36 participação dos estudantes na sua
37 associação, uma vez que, mesmo que as
38 faltas sejam relevadas por participação

39 em AGE's, pode acarretar a necessidade
40 de reposição da aula e até a perda do
41 subsídio do dia.

42 Assim, verificam-se fragilidades do
43 movimento associativo estudantil, com
44 muito poucas AAEE, fruto de sucessivos
45 entraves e ingerências ou até mesmo
46 tentativas de proibição de realização de
47 AGEs, criação de AAEE, realização de
48 processos eleitorais ou de formas de luta
49 dos estudantes.

50 A nível ideológico, são promovidos o
51 **individualismo e a competição em**
52 **detrimento da solidariedade e acção**
53 **colectiva**, colocando estudantes contra
54 estudantes, adotando narrativas de “cada
55 um por si”. Estimula-se o isolamento dos
56 estudantes, a partir da limitação da
57 democracia nas escolas, retirando os
58 espaços de reflexão e discussão dos
59 problemas, anseios e aspirações e as
60 formas de como transformar a sua
61 realidade através da sua própria acção.

62 Desde o último congresso, valoriza-se um
63 número crescente de AGEs realizadas, de
64 AAEE criadas, de realização de
65 processos eleitorais e acções de luta,
66 contribuindo para a elevação da
67 consciência em relação aos problemas e
68 ao potencial transformador da luta
69 organizada dos estudantes, onde os
70 militantes comunistas se destacam.

71 **4.1.2.1. Na Organização do Ensino**
72 **Profissional da JCP**, têm sido dados
73 passos positivos, levando ao reforço da
74 organização, ao aprofundamento do
75 conhecimento da realidade heterogénea
76 do Ensino Profissional e das dinâmicas
77 específicas destes jovens, bem como no
78 aprofundamento da intervenção e

1 trabalho regular, com adopção de linhas
2 de trabalho concretas. Importa valorizar o
3 desenvolvimento da luta, que adquire
4 progressivamente características mais
5 regulares e mais estruturadas e
6 avançadas do ponto de vista da forma. É
7 preciso ainda adoptar formas criativas de
8 organização e de trabalho, que se
9 enquadrem com as formas de
10 organização destes estudantes.

11 Assim, importa aprofundar o
12 conhecimento da realidade do Ensino
13 Profissional e reforçar a intervenção
14 regular nas escolas; recrutar,
15 responsabilizar e organizar; criar
16 colectivos de escola; estruturar o trabalho
17 da organização; priorizar a formação de
18 quadros; definir prioridades e linhas de
19 trabalho concretas; reforçar o movimento
20 associativo estudantil e desenvolvimento
21 da luta.

22

23 **4.1.3. Movimento Estudantil no** 24 **Ensino Superior**

25 Para todos os que participam no
26 **Movimento Estudantil**, esse é um dos
27 aspectos mais importantes na passagem
28 pelo **Ensino Superior**. Adquirindo uma
29 multitude de formas e características,
30 molda a relação do estudante com o meio
31 em que está inserido, e forma um conjunto
32 de ideias que se sedimentam numa idade
33 determinante para o desenvolvimento de
34 qualquer ser humano.

35 O desejável conteúdo positivo do
36 movimento estudantil reside nos **valores**
37 que o estruturam, na **forma de**
38 **organização** que o edifica e, antes de
39 tudo, na sua dinamização por cada vez

40 mais estudantes, mantendo práticas e
41 formas de intervir que lhe são
42 características na defesa da
43 democraticidade do ensino.

44 A sua dimensão e influência são bastante
45 significativas, constituindo-se como uma
46 **força de massas** com **dimensão**
47 **nacional**. Posto isto, é importante
48 assinalar que estas características de
49 uma intervenção concertada, consciente e
50 comprometida não são potenciadas ao
51 máximo, em função das **limitações à**
52 **democracia** nas IES, a situação no
53 ensino superior ou o papel da ofensiva
54 ideológica que procura combater
55 incessantemente a própria noção da
56 possibilidade de formas de organização e
57 discussão colectivas.

58 **Assumindo características mais**
59 **formais ou informais**, os estudantes
60 continuam a organizar-se de forma
61 determinada com diferentes expressões,
62 confirmando as potencialidades que as
63 mesmas têm, não obstante serem
64 inúmeras as **ingerências externas** que
65 sofrem: Direcções das faculdades e
66 escolas superiores que negam espaços
67 para iniciativas; o financiamento que não
68 é suficiente para adquirir o material
69 necessário para uma tuna ou outros
70 grupos musicais, as actividades
71 praxísticas são limitadas dentro do recinto
72 da instituição, ou a falta de apoio às
73 Repúblicas.

74 É tarefa determinante dos jovens
75 comunistas estarem enquadrados nestes
76 movimentos para **intervir, animar e**
77 **organizar** os estudantes em torno da
78 resolução destes problemas, adoptando
79 uma postura firme, mas sempre aberta ao

1 diálogo para a construção de
2 reivindicações que unam os estudantes,
3 integrando estes espaços nas IES,
4 demonstrando uma postura activa,
5 ajudando na dinamização de actividades,
6 difundindo os valores de Abril e ganhando
7 estes mesmos espaços para a luta
8 organizada.

9 Relativamente à **praxe académica**,
10 falamos de usos e costumes que estão
11 associados a práticas que perduraram
12 nos tempos, sendo hoje apropriadas pela
13 direita, e que têm ligação às relações
14 estabelecidas entre estudantes,
15 instituições, mas também com a
16 academia e a sociedade em geral.

17 Na verdade, e apesar da praxe
18 actualmente estar associada ao gozo e
19 humilhação do caloiro, esta sempre teve e
20 tem um importante papel para a
21 integração de novos estudantes. A
22 mesma, quando orientada por **princípios**
23 **justos e humanistas**, permite fazer
24 perdurar tradições académicas, inclusive
25 de luta estudantil, de unidade e
26 solidariedade, como aconteceu nas crises
27 académicas da década de 60 contra o
28 fascismo.

29 É possível uma praxe orientada para a
30 integração dos estudantes, a defesa dos
31 direitos dos estudantes e do movimento
32 associativo, verdadeiramente agregadora
33 e integradora, que seja, ela também, uma
34 forma de desenvolvimento integral do
35 indivíduo.

36 Os militantes comunistas devem procurar
37 estar inseridos nestes espaços,
38 destacando e defendendo os aspectos
39 mais positivos da tradição, procurando
40 aprofundar a discussão em torno dos

41 problemas do ensino superior dentro
42 destes, de forma a ser possível aproveitar
43 o seu carácter de massas para a luta,
44 assim como a difusão dos valores
45 humanistas, combatendo a militarização
46 da praxe.

47 Existem dinâmicas particulares que
48 contribuem para a separação de praxes
49 entre faculdades e, conseqüentemente,
50 uma maior separação entre os diferentes
51 estudantes. Importa que os comunistas se
52 pautem pela unidade destas diferentes
53 praxes, garantido a maximização do seu
54 potencial.

55 **O Movimento Associativo Estudantil**
56 **(MAE)** em específico as suas
57 características e potencial levam a que
58 seja encarado como um grande alvo da
59 política de direita, com os seus agentes a
60 procurar impedir que sirva como um
61 espaço democrático, desvirtuando o seu
62 papel e remetendo para segundo plano-
63 ou tirando completamente de cena- a sua
64 principal razão de existência: a
65 **necessidade de organizar os**
66 **estudantes**, em luta.

67 Muitas das actuais direcções das
68 estruturas de maior dimensão e com mais
69 recursos, adoptam posturas conciliadoras
70 e antagónicas aos interesses dos
71 estudantes. Procura-se ainda
72 desvalorizar um número cada vez mais
73 elevado de associações que procuram
74 construir uma ampla e conseqüente
75 unidade no seio do MAE, através do seu
76 isolamento.

77 Exemplos recentes são a criação do
78 **CAAP** – Conselho de Associações
79 Académicas Portuguesas–, que as põe a
80 falar à margem do restante movimento

1 associativo, e as várias vezes que se
2 apresentaram como representantes de
3 todo o movimento associativo estudantil
4 no diálogo institucional.

5 **O Encontro Nacional de Direcções**
6 **Associativas (ENDA)**, continua a ser um
7 espaço para o diálogo entre estruturas e
8 para a possibilidade de estas actuarem de
9 forma conjunta. A aprovação, no fim de
10 2024, de uma alteração ao modelo de
11 voto, que reforçou o peso das
12 Associações Académicas, tornou-o,
13 também, mais burocrático e fechado
14 sobre si mesmo, mas não eliminou o seu
15 potencial.

16 Persistindo **dificuldades para a unidade**
17 **e diálogo** em busca da convergência,
18 assim como a instrumentalização das
19 estruturas do movimento associativo por
20 parte dos partidos da política de direita
21 para colocar entraves à luta, é de
22 assinalar que, desde o último Congresso
23 da JCP, foram alcançados avanços
24 assinaláveis, muito devido à intervenção
25 de jovens comunistas e outros
26 democratas nestes espaços.

27 É essencial que os comunistas continuem
28 a integrar listas construídas em unidade
29 com cada vez mais jovens e em cada vez
30 mais instituições, trabalhando para que
31 cada vez mais comunistas consigam estar
32 presentes nestas estruturas, actuando
33 firmemente pela unidade de estudantes
34 de todo o país, em luta.

35 Dentro destes avanços é de destacar a
36 **convergência do MAE** nos 60 anos da
37 Crise Académica em 2022, e no dia 21 de
38 Março de 2024. Duas celebrações do **Dia**
39 **Nacional do Estudante** caracterizadas
40 por uma ampla unidade dos estudantes a

41 nível nacional, que convergiram na cidade
42 de Lisboa para dois desfiles e uma
43 concentração na Assembleia da
44 República. Assinala-se ainda as
45 celebrações do Dia Nacional do
46 Estudante em 2023 que teve mais de uma
47 dezena de acções de luta por todo o País
48 mobilizando também milhares de
49 estudantes.

50 Se é verdade que estas acções de luta
51 representam os momentos mais elevados
52 na luta dos estudantes nos últimos anos,
53 também é verdade que o seu
54 desenvolvimento teria sido impossível
55 sem a **mobilização diária do movimento**
56 **estudantil** em torno da resolução dos
57 problemas concretos, local a local.

58 **Dezenas de acções de luta** por todo o
59 País desde o último congresso, com
60 dimensões diferentes, reivindicações
61 mais concretas ou gerais e métodos de
62 construção e luta mais ou menos
63 avançados, que convergiram na exigência
64 de um ensino superior diferente, de portas
65 abertas, democrático, com melhores
66 condições materiais e gratuito: o Ensino
67 Superior de Abril.

68 A presença e intervenção dos jovens
69 comunistas foi determinante para a
70 realização e **natureza combativa e**
71 **consequente** da grande maioria destas
72 acções e para as conquistas e avanços
73 alcançados através destas.

74 Valorizando bastante todas as conquistas,
75 reconhecemos que a correlação de forças
76 é difícil e vive-se uma fase de resistência.
77 Só o continuado desenvolvimento da
78 unidade estudantil, o seu alargamento e
79 combatividade pode ser o garante da

1 defesa e construção de um ensino
2 superior mais justo no futuro.

3 **4.1.3.1. A Organização do Ensino**
4 **Superior da JCP** é a organização
5 autónoma de âmbito nacional, onde se
6 organizam os militantes que frequentam o
7 ensino superior.

8 Desde o último congresso, a actividade da
9 organização tem sido caracterizada pela
10 capacidade de reunir de forma regular
11 todos os seus diferentes organismos de
12 direcção, nomeadamente, a Direcção
13 Central do ensino Superior (DCES) e o
14 seu Secretariado, assim como os
15 diferentes organismos intermédios:
16 DOESL (Lisboa), DOESP (Porto) e
17 DOESC (Coimbra); sendo isto um aspecto
18 decisivo para a definição de linhas de
19 trabalho e seu acompanhamento e
20 coordenação no plano regional, sendo
21 importante para a organização, continuar
22 a construir uma estrutura cada vez mais
23 forte no sector que permita a criação de
24 novos organismos intermédios noutras
25 regiões.

26 Destaca-se a realização da 17ª CNES em
27 2023 e os plenários nacionais anuais do
28 sector na jornada nacional de construção
29 da Festa do Avante!, todos eles muito
30 importantes para o aprofundamento do
31 conhecimento da realidade do ensino
32 superior em todo o País, elemento
33 decisivo para a nossa intervenção.

34 A **actividade diária** passa pela presença
35 constante dos comunistas nas diferentes
36 instituições de ensino superior, seja
37 realizando acções de contacto,
38 participando no movimento associativo ou
39 mesmo afirmando-se enquanto comunista
40 na sua turma, na sala de aula, durante as

41 discussões. É este tipo de presença que
42 pode garantir que continuamos a fazer
43 crescer a organização, aumentando
44 assim a nossa capacidade para intervir na
45 realidade.

46 Apesar dos avanços que se deram nos
47 últimos anos, evidenciados pelo
48 **desenvolvimento da luta dos**
49 **estudantes**, continua a ser necessário
50 melhorar um conjunto de aspectos: uma
51 actividade regular nos politécnicos;
52 reforçar a presença no movimento
53 estudantil e no movimento associativo
54 estudantil; combater tendências de
55 fechamento, garantido que nos viramos
56 para fora e a trabalhar com mais jovens e
57 ainda garantir que toda a nossa actividade
58 é virada para o desenvolvimento da luta,
59 adquirindo cada vez mais combatividade
60 e maior expressão.

61 A existência de grupos de trabalho
62 específicos para o sector, seja para dar
63 resposta a certas tarefas em momentos
64 concretos, seja para ter um trabalho e
65 intervenção mais regular, é também um
66 aspecto de relevo no trabalho da
67 organização.

68 Ao nível dos **grupos de trabalho**
69 **regulares**, assinala-se a intenção de se
70 avançar com um grupo de trabalho
71 composto por camaradas que tenham
72 presença no movimento estudantil, com
73 destaque para as praxes; assim como a já
74 consumada constituição do grupo de
75 trabalho do movimento associativo
76 estudantil, composto por camaradas que
77 têm presença nestes espaços e cuja
78 discussão tem permitido o
79 aprofundamento do conhecimento sobre o

1 mesmo e para melhor articular a
2 intervenção entre os camaradas.

3 **4.2. Movimento da Juventude** 4 **Trabalhadora**

5 A **juventude trabalhadora** é pelas suas
6 características específicas uma camada
7 com um tremendo potencial para a luta,
8 que o capital procura destruir através da
9 divisão dos trabalhadores e do fomento de
10 valores como o individualismo.

11 O cenário actual, repleto de problemas,
12 coloca inúmeros desafios à intervenção e
13 ao **desenvolvimento da luta**.

14 Existem claras tentativas de impedir a
15 participação e organização da juventude
16 nos seus sindicatos de classe, procurando
17 dessa forma, o intensificar a exploração.

18 Num contexto de violento ataque aos
19 direitos dos trabalhadores, do fomento de
20 preconceitos anti-sindicais, o
21 desenvolvimento da luta ainda que com
22 dificuldades tem encontrado avanços que
23 importa valorizar.

24 É de salientar que no meio dos elementos
25 de ataque ao Movimento Sindical Unitário,
26 o caminho a percorrer tem de estar
27 profundamente ligado à intervenção no
28 seio dos seus sindicatos de classe, na
29 **CGTP-IN** e em particular na sua
30 organização específica da juventude a
31 **Interjovem**. Apesar deste caldo de
32 ofensiva à juventude, de tentativa de
33 quebrar e dividir, é de grande relevo e
34 valorização os mais de 16 mil jovens
35 trabalhadores que se sindicalizaram entre
36 os dois últimos Congressos da CGTP-IN.

37 É este **reforço da sindicalização**, e
38 consequente reforço do movimento
39 sindical unitário, que deve constituir um
40 dos objectivos do trabalho individual de
41 cada comunista.

42 Relevam-se ainda os diferentes encontros
43 regionais da Interjovem/CGTP-IN e com
44 especial relevo para a **10ª Conferência**
45 **Nacional da Interjovem/CGTP-IN**,
46 realizada em Janeiro de 2025, como
47 importantes momentos para aprofundar a
48 reflexão e a unidade em torno dos
49 problemas concretos da juventude e de
50 como garantir o combate aos baixos
51 salários, à precariedade, aos horários
52 desregulados.

53 As **comissões de jovens**, integradas no
54 trabalho geral de cada sindicato ou
55 federação, permitem o traçar de linhas
56 concretas para a acção junto dos jovens
57 trabalhadores, respondendo às suas
58 reivindicações.

59 Integrado no caudal de luta, que continua
60 a avançar, destacam-se as
61 **Manifestações Nacionais de Jovens**
62 **Trabalhadores** que, anualmente
63 assinalam o **28 de Março, Dia Nacional**
64 **da Juventude**, momento de grande
65 expressão da luta da juventude, que
66 demonstra a força dos jovens
67 trabalhadores organizados.

68 O quadro em que intervimos, exige a
69 tomada de iniciativa dos comunistas nos
70 seus locais de trabalho. É na fábrica, no
71 centro comercial, no café, no centro de
72 contactos, que importa garantir a
73 mobilização e organização dos colegas de
74 trabalho.

1 No trabalho da JCP, destaca-se um
2 crescimento do número de militantes
3 jovens trabalhadores, com expressão nos
4 Plenários da Jornada Nacional da Festa
5 do Avante!.

6 Entre estes, destaca-se a intervenção da
7 JCP nos centros comerciais e junto dos
8 estafetas das plataformas digitais, que
9 tem permitido avanços na ligação aos
10 seus trabalhadores, com resultados, por
11 exemplo, nos apoios recolhidos nas
12 últimas eleições legislativas.

13 Valorizando avanços traduzidos num
14 melhor conhecimento e iniciativa, importa
15 reter **dificuldades na intervenção** feita.
16 O necessário acompanhamento regular
17 de cada camarada possui ainda algumas
18 lacunas. A vida desregulada da larga
19 maioria dos jovens trabalhadores, torna
20 necessária a adopção de estilos de
21 trabalho mais próximos da realidade de
22 cada um, a partir do local onde trabalham
23 e do sítio onde vivem.

24 Olhando para a divisão dos trabalhadores
25 por cada sector verificam-se mudanças
26 significativas. Em 1974, era esta a
27 distribuição da população activa pelos três
28 sectores de produção: 34,9% - Primário,
29 33,7% - Secundário, 31,4% - Terciário,
30 sendo que em 2023 a distribuição era a
31 seguinte, 3% - Primário, 25% -
32 Secundário, 72% - Terciário.

33 Importa reflectir, as insuficiências que
34 encontramos no seio da organização da
35 juventude trabalhadora, onde
36 persistem algumas dificuldades em
37 chegar a jovens operários, mas também a
38 um grupo cada vez maior de jovens a
39 trabalhar no comércio.

40 A ligação aos **jovens operários**, pelas
41 suas características, deve ser encarada
42 como uma prioridade para a organização.

43 Para conseguir atingir estes trabalhadores
44 é necessário ter regularidade e
45 consistência no contacto e procurar novos
46 mecanismos que se integrem no que já é
47 feito. Entre estes apontam-se as
48 iniciativas de **convívio e lazer**, que o
49 capital procura afastar da juventude, que
50 podem constituir momentos
51 simultaneamente positivos na vida dos
52 jovens trabalhadores e de reforço da sua
53 consciência social.

54 **4.2.1 Na Organização da Juventude**
55 **Trabalhadora da JCP**, como
56 anteriormente mencionado, confronta-se
57 ainda com dificuldades no
58 desenvolvimento do trabalho, apesar dos
59 avanços e da consolidação da actividade
60 dos jovens trabalhadores, que se
61 reflectem no facto do último encontro da
62 Organização da Juventude Trabalhadora
63 se ter realizado em 2019.

64 O crescimento do número de militantes na
65 organização da juventude trabalhadora,
66 aliada às exigências que este período
67 acarreta aos jovens trabalhadores, torna
68 importante avançar nos mecanismos de
69 articulação nacional da organização, que
70 permita uma melhor agilização do
71 trabalho, designadamente de direcção,
72 continuando o caminho de
73 responsabilização de novos camaradas.

74 Exige-se alargar a Organização da
75 Juventude Trabalhadora, hoje assente de
76 forma significativa em quadros técnicos,
77 avançando nos contactos com
78 trabalhadores dos centros comerciais e
79 nas linhas de trabalho em torno do

1 contacto com jovens operários, a
2 prioridade da Organização da Juventude
3 Trabalhadora.

4 **4.3. Outras expressões do** 5 **Movimento Juvenil**

6 As **associações juvenis de base local**,
7 assim como as associações com uma
8 forte participação juvenil, as
9 colectividades, grupos desportivos,
10 grupos culturais, dão uma contribuição
11 fundamental para a dinamização da vida
12 cultural, desportiva e lúdica do povo. São
13 muitas vezes estas organizações que
14 suprem a falta de resposta do Estado no
15 lazer e na cultura, assegurando por via do
16 seu papel uma contribuição para a
17 formação integral do indivíduo.

18 **A Federação Nacional de Associações**
19 **Juvenis (FNAJ)**, organização que conta
20 com cerca de 1000 associações juvenis,
21 possui uma ligação significativa a estas
22 estruturas juvenis, sendo um importante
23 espaço de intervenção.

24 Nestes espaços estabelecem-se novas
25 formas de relacionamento e abrem-se
26 potencialidades para a transformação de
27 consciências, para a criação de um
28 espírito colectivo, de uma prática
29 democrática de tipo mais avançado.

30 Apesar de se verificarem vários jovens
31 comunistas dinamizadores destas
32 estruturas, não foram superadas
33 debilidades de intervenção de forma
34 organizada, exigindo-se avançar na
35 clarificação do entendimento destes
36 espaços como espaços de intervenção
37 política organizada.

38 A JCP deu passos significativos nos
39 últimos meses ao nível da intervenção
40 junto dos bairros, necessitando de alargar
41 a intervenção junto de associações,
42 grupos e colectividades aí sediadas.

43 Destaca-se ainda no movimento juvenil as
44 movimentações em torno da paz, pelo
45 direito à habitação, da defesa do
46 ambiente, pela igualdade entre homens e
47 mulheres, contra o racismo, a xenofobia e
48 as discriminações e preconceitos.
49 Dinâmicas caracterizadas por uma forte
50 componente juvenil, quer na sua
51 organização, quer na sua participação em
52 que o Projecto Ruído - Associação Juvenil
53 tem tido presença crescente.

54 A organização dos Acampamentos pela
55 Paz e das duas edições do Festival Dêem
56 uma Oportunidade à Paz, que se
57 realizaram nos últimos anos em Serpa,
58 Évora e Melides, organizado pela
59 Plataforma pela Paz e Desarmamento,
60 assim como a ampla participação juvenil
61 nas manifestações contra a guerra e pela
62 Paz ou as várias acções de luta de
63 solidariedade com a Palestina confirmam
64 a significativa disponibilidade dos jovens
65 para lutar pela Paz. No actual contexto
66 político, a intensificação da luta pela Paz
67 e por um mundo livre do imperialismo,
68 assume uma nova dimensão.

69 **O Encontro Nacional de Juventude**, que
70 se tem realizado regularmente, tendo na
71 edição de 2023 uma intensa intervenção
72 da JCP na direcção do Conselho Nacional
73 da Juventude, constitui um espaço
74 privilegiado de participação juvenil, e de
75 debate, entre si, dos seus problemas e
76 aspirações e das soluções para o País. O
77 ENJ 2023, em que participaram 800

1 jovens, foi um exemplo disso mesmo, em
2 que os jovens tomaram o encontro nas
3 suas mãos e construíram a partir do
4 consenso conseguido no debate franco e
5 fraterno umas conclusões que, para o seu
6 cumprimento, exigiam o rompimento com
7 a política de direita.

8 No período entre congressos a JCP foi
9 reeleita para a direcção do **Conselho**
10 **Nacional de Juventude**, tendo concluído
11 o seu segundo mandato em Janeiro de
12 2024. A JCP assumiu responsabilidades
13 nas áreas do Trabalho, Habitação, Cultura
14 e na organização do ENJ 2023.
15 Desenvolvem-se hoje, com uma
16 correlação de forças mais complexa na
17 sua direcção, dinâmicas alheias às
18 características de plataforma do CNJ, que
19 levam a um maior afastamento da vida da
20 juventude e das organizações e a uma
21 tendencial governamentalização. Sintoma
22 disso mesmo foi a realização do ENJ
23 2024, que apesar de conclusões com
24 elementos positivos, fica marcado pelo
25 burocratismo e limitação da discussão.

26 Os **conselhos municipais de juventude**,
27 não integrando o movimento juvenil, são,
28 por regra estruturas burocratizadas,
29 funcionando como meras correias de
30 transmissão das câmaras municipais
31 junto do movimento juvenil, adoptando,
32 por vezes, características paternalistas,
33 não contribuindo para o desenvolvimento
34 do associativismo juvenil, ou da
35 participação juvenil.

36 As forças da política de direita procura
37 assegurar uma influência significativa
38 junto de sectores do movimento juvenil,
39 em particular nas Associações de
40 Estudantes e Académicas. Multiplicam

41 estruturas de cúpula e reforçam posições
42 em espaços, que não encontram
43 correspondência na sua influência
44 organizada nas massas estudantis.
45 Organizações com políticas anti-juvenis,
46 tais como a Juventude Social-Democrata
47 e a Juventude Popular, confrontam-se
48 hoje com a reorganização da direita, em
49 que surgiu, de forma mais expressiva, a
50 Juventude Chega, com um papel
51 reacionário e projecto fascizante.
52 Contudo, encontra, também, dificuldades
53 na sua consolidação e influência.

54 O caldo de cultura criado facilita a
55 permeabilidade de ideias destas forças e
56 projectos, todavia encontra como barreira
57 valores de solidariedade e justiça
58 presentes na juventude, que têm na sua
59 raiz, apesar de toda a ofensiva ideológica
60 da burguesia, os valores e projecto de
61 Abril.

62 A Juventude Socialista mantém uma
63 postura de claudicação nos momentos
64 centrais, aliando-se à JSD em várias
65 estruturas, garantindo as suas posições e
66 contribuindo para frear a luta da
67 juventude.

68 Surgem ainda dinâmicas esquerdistas,
69 também elas anti-juvenis e afastadas do
70 movimento juvenil, orientadas pelo anti-
71 comunismo e o ódio ao PCP e à JCP.
72 Difundem campanhas de difamação e
73 mentira sobre a JCP, procuram atacar a
74 influência dos comunistas no momento
75 juvenil e orgulham-se de um teorismo
76 exacerbado.

77 A JCP mantém relações de amizade e
78 cooperação com a Ecolojovem/Os
79 Verdes, em particular no âmbito da
80 Juventude CDU, apresentando aos jovens

1 portugueses uma proposta de ruptura
2 com a política de direita.

3 **4.4. O Trabalho de Direcção e** 4 **Organização da JCP**

5 O conteúdo fundamental da estrutura da
6 JCP encontra-se definido nos seus
7 princípios orgânicos, assumindo-se como
8 a **organização revolucionária da**
9 **juventude portuguesa**, pelos seus
10 objectivos, propostas e acção no
11 desenvolvimento das lutas juvenis. Tendo
12 em conta as características da juventude,
13 as soluções organizativas que podem ser
14 tomadas são dinâmicas, configurando a
15 JCP numa organização aberta e flexível,
16 pronta a adaptar-se às várias
17 circunstâncias da sua intervenção.

18 A JCP é a **organização dos jovens**
19 **comunistas em Portugal**, que se rege
20 pelo marxismo-leninismo, ferramenta de
21 interpretação e transformação da
22 realidade, e que tem como objectivo
23 supremo a **superação revolucionária do**
24 **capitalismo**, pela construção de uma
25 sociedade liberta da exploração do
26 Homem pelo Homem, sociedade sem
27 classes, caracterizada pela abundância,
28 igualdade social, de liberdade e cultura
29 para todos, o Socialismo e o Comunismo.

30 Tem como tarefa a elevação da
31 consciência social e política da juventude,
32 difundindo junto dos jovens o ideal da
33 democracia e do socialismo, a
34 compreensão do papel de cada um na
35 sociedade, o desenvolvimento da luta da
36 juventude e a transformação das suas
37 condições de vida.

38 É a organização de juventude do Partido
39 Comunista Português. Organização
40 autónoma do Partido, que intervém nos
41 termos da sua orientação geral e do seu
42 Programa, com um espaço de decisão e
43 intervenção próprios.

44 Sendo uma organização comunista,
45 nasce para intervir e transformar, dando
46 prioridade, na sua forma de organização e
47 estruturação, aos colectivos de base e à
48 intervenção em torno dos problemas
49 concretos que assolam a vida da
50 juventude.

51 A JCP deve garantir uma significativa
52 plasticidade na sua forma de estruturação
53 e acção, buscando o alargamento, a
54 preocupação com os problemas
55 concretos, o relacionamento
56 descomplexado com as restantes
57 organizações do movimento juvenil,
58 recusando o fechamento e o sectarismo e
59 promovendo um **estilo de trabalho** audaz
60 e virado para fora, para as massas, o que
61 exige o combate a manifestações de
62 rotina, trefismo e dirigismo. Um estilo de
63 trabalho que promova a iniciativa própria
64 de cada um, a coragem e a audácia, o
65 espírito criador e o trabalho colectivo.

66 A intervenção da JCP pode assumir várias
67 formas, desde logo:

- 68 i. A luta reivindicativa da juventude,
69 orientada pela construção da
70 unidade juvenil em torno de
71 objectivos concretos e imediatos e
72 de objectivos intermédios, e a
73 transformação da vida dos jovens.
- 74 ii. A intervenção no Movimento
75 Juvenil, que ao articular-se com a
76 luta da juventude, deve contribuir

1 para o seu crescimento e
2 consolidação, nas formas já
3 existentes, e fomentando outras;

4 iii. As batalhas políticas gerais,
5 designadamente as campanhas
6 eleitorais e campanhas mais
7 gerais do Partido em torno de
8 orientações a que toda a
9 organização deve dar resposta.

10 iv. A intervenção institucional e junto
11 de outras organizações, intervindo
12 combativamente nos espaços
13 institucionais, com particular
14 destaque para o CNJ, e
15 estabelecendo aproximações com
16 organizações democráticas.

17 v. A intervenção ideológica, visando
18 difundir junto dos seus militantes e
19 da juventude, os ideais da
20 transformação social, os princípios
21 de uma sociedade nova, o espírito
22 colectivo, a contribuição individual
23 no quadro da construção
24 colectiva, a democracia entendida
25 na sua forma mais elevada de
26 organização para a resolução dos
27 problemas dos trabalhadores e do
28 povo, o marxismo-leninismo.

29 **4.4.1.** Na JCP a **acção individual** dos
30 seus militantes é voluntária e livre e
31 insere-se na sua orientação geral e nas
32 decisões do organismo onde cada um
33 participa. Afirma-se assim como uma
34 organização profundamente democrática,
35 que garante a participação, intervenção e
36 acção de cada um, com um profundo
37 espírito fraternal, de livre opinião, onde se
38 combatem as expressões de
39 individualismo ou grupismo. A JCP
40 organiza-se segundo os princípios do

41 desenvolvimento criativo do centralismo
42 democrático, assegurando a cada um as
43 condições para dar a sua contribuição.

44 **4.4.2.** Os **quadros** da JCP são uma das
45 maiores riquezas da organização pela
46 experiência que possuem e pelo garante
47 que constituem na sua actividade, ao
48 assumir as mais diversificadas
49 responsabilidades. No contexto actual,
50 exige-se de forma ainda mais intensa,
51 avançar na responsabilização de
52 camaradas por tarefas regulares,
53 explicando a cada um o seu objectivo
54 político, desde o momento em que
55 integram a organização. Necessitamos
56 solidificar uma política de quadros
57 baseada no profundo conhecimento de
58 cada um, permitindo processos de
59 responsabilização baseado na
60 ponderação das disponibilidades,
61 interesses do quadro e necessidades da
62 organização. Para a garantia do
63 crescimento dos quadros, considera-se a
64 necessidade de estruturar o trabalho de
65 formação ideológica a nível central e
66 regional.

67 A capacidade de rejuvenescimento da
68 organização, designadamente em face
69 das necessidades colocadas à JCP pelo
70 Partido, evidenciam, num plano geral,
71 uma correcta política de quadros, que
72 deve continuar a ser baseada em
73 elementos objectivos, o compromisso
74 com a organização e as tarefas que lhe
75 são colocadas, a firmeza revolucionária e
76 a formação política e ideológica.

77 Em face das exigências, importa
78 **responsabilizar** quadros novos e com
79 perspectiva de permanência no seu
80 sector, com ousadia, a responsabilização

1 de mulheres e de quadros envolvidos no
2 movimento juvenil, que se tendo
3 aproximado da JCP depois de se
4 encontrem comprometidos com
5 dinâmicas associativas, possuem uma
6 ligação a estas estruturas que
7 necessitamos valorizar.

8 **4.4.3.** Para uma organização que se quer
9 ligada à vida, como a nossa, os
10 **Colectivos**, que são a forma de
11 organização de base da JCP, assumem
12 toda a centralidade no nosso
13 funcionamento. Desde o último
14 Congresso, com o crescimento da
15 organização, deram-se passos na criação
16 de colectivos. Contudo, verificam-se
17 dificuldades sérias em garantir a
18 continuidade destes em particular na
19 Organização do Ensino Secundário, como
20 a regularidade de funcionamento de
21 outros. Necessitamos avaliar as
22 condições que resultam na dificuldade de
23 consolidar colectivos e adoptar, em cada
24 caso concreto, formas criativas para
25 superar esta dificuldade.

26 A criação de colectivos de base pode
27 assumir várias expressões,
28 designadamente de local, empresa,
29 escola, sector, ou outras formas que dêem
30 resposta a exigências concretas da
31 região. Os colectivos devem emanar do
32 local onde cada camarada se integra na
33 vida da juventude, normalmente nas
34 escolas, instituições de ensino superior e
35 local de trabalho, onde se confrontam com
36 as injustiças e contradições do
37 capitalismo, encontrando-se as condições
38 para a organização e transformação.

39 Tal não impede a intervenção da JCP
40 sobre as mais variadas áreas da vida da

41 juventude, antes garante uma leitura de
42 classe e a ligação constante de todos os
43 restantes problemas ao conhecimento da
44 realidade, como tem evidenciado o
45 trabalho crescente da JCP sobre áreas
46 diversas desde o último Congresso.

47 Na dinâmica intensa dos colectivos, por
48 vezes, algumas reuniões centram-se
49 apenas nas suas tarefas imediatas.
50 Importa garantir o espaço para a opinião
51 sobre a situação política e os mais
52 variados assuntos, com particular
53 destaque para os assuntos sobre os quais
54 a JCP deve intervir, designadamente
55 sobre os quais o colectivo em causa deve
56 intervir, suscitando em cada membro do
57 colectivo a reflexão sobre os objectivos da
58 intervenção dos comunistas no seu local
59 de estudo ou trabalho, permitindo
60 construir uma noção de perspectiva em
61 relação às tarefas imediatas.

62 As reuniões de colectivo podem ser
63 abertas à participação dos jovens que não
64 sejam militantes da JCP, ponderando
65 cada caso.

66 **4.4.4.** Avaliando as potencialidades e o
67 desenvolvimento positivo da organização,
68 não obstante fluxos de maiores ou
69 menores inscrições na JCP, em resultado
70 de situações concretas várias, exige-se
71 avançar na estruturação das
72 **Organizações Regionais**. A estruturação
73 das organizações regionais, nas regiões
74 onde tal se coloque, garante à
75 organização melhores condições para
76 intervir e, por sua vez, alargar a sua
77 influência e a formação dos seus quadros.

78 Este objectivo de estruturação das
79 organizações regionais, articulado com as
80 linhas traçadas ao nível da criação de

1 colectivos de base, deve orientar-se por
2 uma actividade regular das Organizações
3 Regionais, com a convocação de
4 Encontros Regionais, a eleição das
5 Comissões Regionais e, onde tal se
6 coloque, dos seus organismos executivos,
7 em particular os Executivos.

8 Nas Organizações Regionais onde não se
9 verifique a existência de uma estrutura
10 sólida, deve buscar-se a
11 responsabilização por ligações e tarefas
12 regulares, a constituição provisória da
13 Comissão Regional e respectivo
14 Executivo, visando a realização do
15 Encontro, capaz de os eleger.

16 A realização de Encontros Regionais,
17 Assembleias ou Plenários, são formas
18 importantes para aprofundar o debate e
19 reforçar a actividade própria das
20 organizações da JCP.

21 **4.4.5.** No que respeita à organização
22 central da JCP, a **Direcção Nacional** deu
23 resposta, no essencial, às suas
24 competências. Verificou-se, desde a
25 eleição da Direcção Nacional no 12.º
26 Congresso, uma significativa alteração na
27 sua composição, com saídas para tarefas
28 do Partido ou insuficiência de participação
29 bem como de processos de cooptação,
30 em resultado da rápida transformação da
31 JCP e dos seus quadros, natural numa
32 organização juvenil.

33 Procurou-se garantir uma composição
34 equilibrada em termos etários, procurando
35 dar expressão às prioridades de
36 intervenção da JCP, garantindo que na
37 Direcção Nacional se encontram
38 presentes as várias áreas e experiências
39 de intervenção dos jovens comunistas.

40 A composição da nova Direcção Nacional
41 deve ter como critérios: i) ser constituída a
42 partir do núcleo fundamental dos quadros
43 e activistas da JCP; ii) ter uma
44 composição etária que equilibre a
45 realidade da organização,
46 designadamente do peso da Org. Ens.
47 Superior, com os objectivos prioritários de
48 intervenção, com destaque para a Org.
49 Ens. Secundário, mas também de jovens
50 trabalhadores; iii) assegurar ligação às
51 organizações regionais, sectores e áreas
52 de intervenção; iv) ampliar a participação
53 de mulheres; v) apontar a uma redução da
54 sua dimensão.

55 As características da JCP, o seu carácter
56 flexível e juvenil, exigem garantir um
57 núcleo de direcção central coeso e
58 estável, que garanta a articulação diária
59 do trabalho da organização, de forma
60 unificada.

61 A Direcção Nacional tem a possibilidade
62 de eleger os organismos executivos que
63 considere necessários, tendo em conta os
64 objectivos de intervenção definidos.

65 **4.4.6. A Comissão Política da Direcção**
66 **Nacional**, eleita após o último Congresso,
67 com as devidas adaptações, deu resposta
68 às suas atribuições, mantendo ligação a
69 todas os sectores, áreas e organizações,
70 traçou orientações entre as reuniões da
71 DN. Importa que a Comissão Política
72 assumira cada vez mais o papel de
73 discussão da orientação geral da JCP,
74 desenvolva o sentido criativo, discuta
75 aspectos temáticos de forma a aprofundar
76 a reflexão da Organização sobre variadas
77 áreas e melhore a capacidade de
78 formulação e comunicação de posições

- 1 em face de rápidos desenvolvimentos 37
 2 políticos. 38 acompanhamento de quadros da JCP;
- 3 À Comissão Política da DN compete: 39
 40
- 4 i. Assumir a direcção política da JCP 41
 5 entre reuniões da DN; 42
- 6 ii. Acompanhar o desenvolvimento 43
 7 do trabalho das organizações e 44
 8 traçar orientações para a 45
 9 actividade da JCP de acordo com 46
 10 a orientação da DN;
- 11 iii. Acompanhar o desenvolvimento 47
 12 da situação da juventude e definir 48
 13 as respostas para responder aos 49
 14 seus problemas. 50
- 15 **4.4.7. O Secretariado da Direcção** 51
 16 **Nacional**, que sofreu também alterações 52
 17 na sua composição, cumpriu com as suas 53
 18 atribuições, assegurando o 54
 19 acompanhamento próximo da actividade 55
 20 da organização da JCP. Importa garantir 56
 21 que o Secretariado da DN mantenha uma 57
 22 certa estabilidade na sua composição 58
 23 numérica, assim como o alargamento da 59
 24 participação de mulheres. Manteve-se a 60
 25 dificuldade, desde o último Congresso, 61
 26 em alcançar o objectivo que os membros 62
 27 do Secretariado da DN não acompanhem 63
 28 directamente Organizações Regionais ou 64
 29 Autónomas na Comissão Política. Deve 65
 30 ser trilhado o caminho de reduzir o peso 66
 31 das ligações directas de Comissão 67
 32 Política nas tarefas dos membros do 68
 33 Secretariado.
- 34 Ao Secretariado da DN compete:
- 35 i. O tratamento das questões de 70
 36 organização e de 71
 72
- ii. Assumir o relacionamento 70
 internacional da JCP;
- iii. Assumir o relacionamento 71
 institucional da JCP;
- iv. Acompanhar o trabalho de 72
 informação e propaganda da JCP;
- v. Gerir e dinamizar a actividade 73
 financeira da JCP;
- vi. Gerir o património da JCP.
- 4.4.8. Os jovens comunistas portugueses** 74
 75 contribuem para a informação dos 76
 77 trabalhadores e da juventude portuguesa 78
 79 com o **AGIT**, publicação regular da JCP. 80
- 81 A compra e leitura regular da imprensa é 82
 83 essencial para que todos os camaradas 84
 85 conheçam melhor as posições, 86
 87 intervenção e proposta do Partido e da 88
 89 JCP, para que todos estejam prontos para 90
 91 a discussão e para o embate ideológico, 92
 93 essencial para reforçar a confiança e 94
 95 convicção que é justa a causa pela qual 96
 97 lutamos.
- 98 As tarefas de **divulgação e venda da** 99
 100 **imprensa partidária da JCP e do** 101
 102 **Partido** são da maior importância no 103
 104 trabalho da JCP, sendo essencial garantir: 105
 106 a responsabilização de quadros pela 107
 108 tarefa da imprensa partidária, a realização 109
 110 de bancas e outras formas criativas de 111
 112 divulgação, o fomento da compra e leitura 113
 114 regulares, a venda na escola, faculdade, 115
 116 local de trabalho, clube e colectividade. A 117
 118 cada jovem que façamos chegar a nossa 119
 120 imprensa partidária, garantimos o acesso 121

1 a informação de verdade e o
2 conhecimento da luta que no nosso País
3 se desenvolve, elemento essencial para
4 que a juventude reconheça à luta o seu
5 potencial transformador.

6 Será sempre condicionada e limitada a
7 utilização dos meios de comunicação e
8 plataformas digitais controladas pelos
9 grandes grupos económicos para se
10 afirmar uma alternativa política ao serviço
11 dos interesses dos trabalhadores e da
12 juventude, contrária à que serve o capital.
13 Desta forma, os meios próprios da
14 organização, aqueles dependem apenas
15 de nós para a sua produção e difusão,
16 nomeadamente a imprensa partidária, são
17 o garante da continuidade da difusão dos
18 ideais dos comunistas portugueses, da
19 luta da juventude, da verdade.

20 O AGIT, insere-se na imprensa juvenil
21 portuguesa, tendo-se assumido enquanto
22 jornal até ao momento, mas que, através
23 da estruturação da sua regularidade e
24 conteúdos, deverá passar a assumir-se
25 como revista que dá expressão ao
26 movimento juvenil e contribui para a
27 batalha das ideias.

28 Na **produção do AGIT** é essencial alargar
29 a participação da organização e da
30 juventude, através da discussão colectiva
31 dos seus artigos e da sua divulgação,
32 através das propostas de conteúdos e
33 elementos concretos que façam do AGIT
34 uma ferramenta de elevação das
35 consciências da Juventude e o potenciem
36 como elemento de agitação. Para este
37 efeito é determinante garantir um estilo de
38 trabalho audaz no que toca à
39 periodicidade da sua produção,
40 almejando uma maior e bem definida

41 regularidade de publicações, exigindo-se
42 a consolidação de práticas positivas de
43 alargamento da venda e compra regular
44 na organização.

45 No trabalho da organização é
46 fundamental fazer do AGIT reflexo da
47 nossa ligação à vida, garantir que é bem
48 construído, que o seu conteúdo emerge
49 das aspirações da juventude, que dá
50 expressão ao desporto, à cultura, ao
51 movimento juvenil, à cultura popular, que
52 se abre para fora e inclui as dinâmicas da
53 juventude. Uma publicação que apresente
54 à juventude a alternativa que
55 pretendemos edificar, que inova e
56 acompanha as dinâmicas juvenis com as
57 suas especificidades e particularidades,
58 que suscita a curiosidade aos jovens, de
59 norte a sul, do litoral ao interior, até às
60 ilhas.

61 **4.4.9.** Em face da intensa ofensiva
62 ideológica, a que os membros da JCP não
63 são impermeáveis, cabe à organização
64 acompanhar e contribuir para a **formação**
65 **ideológica**, garantindo a cada um as
66 ferramentas para analisar as contradições
67 do capitalismo e para o superar. O
68 desenvolvimento ideológico de cada
69 jovem é a garantia da confiança que
70 empenha na sua intervenção e da
71 convicção de que o mundo novo pelo qual
72 luta é justo e possível, que o futuro dos
73 povos é o socialismo e o comunismo.

74 O marxismo-leninismo não é uma
75 enciclopédia e o materialismo dialéctico
76 não é um cardápio de fórmulas. Se a
77 teoria enforma a prática, dialeticamente,
78 também a prática informa a capacidade de
79 aplicar a teoria. A prática revolucionária: o
80 conhecimento da realidade concreta da

1 juventude portuguesa, o trabalho em
2 unidade, o desenvolvimento da luta, a
3 compreensão das especificidades do
4 nosso País e do nosso povo e do factor
5 subjectivo sobre o qual intervimos, são
6 componentes estruturantes na formação
7 ideológica dos jovens comunistas.

8 Para a formação ideológica de cada
9 camarada contribui ainda: a participação
10 na vida da organização através da
11 discussão colectiva em reuniões de
12 colectivo e plenários, do conteúdo político
13 das iniciativas do Partido e da JCP; o
14 fomento do estudo individual das obras de
15 Marx, Engels e Lenine, assim como de
16 Álvaro Cunhal; a leitura regular do
17 *Avante!*, de *O Militante* e do *AGIT* para
18 aprofundar o conhecimento da proposta e
19 intervenção do partido e do
20 desenvolvimento da luta no nosso País; e
21 a formação ideológica promovida pelo
22 Partido e pela JCP.

23 Importa avançar num trabalho de
24 formação ideológica regular, com mais
25 cursos regionais e centrais, a construção
26 de bibliotecas regionais com uma
27 biografia mínima, a disponibilização de
28 elementos para a formação ideológica no
29 sítio da JCP.

30 **4.4.10.** Desde o 12.º Congresso da JCP o
31 balanço do trabalho de **propaganda** é
32 positivo, tendo se dado passos na
33 propaganda nas diversas plataformas
34 digitais, expandindo a influência e alcance
35 da JCP. Não obstante, persistem
36 debilidades, que importa superar,
37 resultantes das dificuldades de um
38 tratamento diferenciado para cada um dos
39 suportes específicos. Importa ainda
40 envolver o conjunto da organização na

41 preparação e produção da propaganda
42 física e dos conteúdos digitais, garantindo
43 que estes exprimem as dinâmicas
44 concretas em que os comunistas
45 intervêm.

46 Com o objectivo de dar resposta à intensa
47 ofensiva ideológica, os meios de imprensa
48 e propaganda próprios, são da maior
49 importância, necessitando que estes se
50 encontrem ligados às reivindicações
51 concretas, caracterizados pela
52 criatividade, força e alegria, contribuam
53 para uma significativa presença de rua. O
54 trabalho de propaganda é
55 responsabilidade de toda a organização,
56 exigindo-se que se prossiga na
57 responsabilização de mais quadros nas
58 regiões por esta tarefa, assim como a sua
59 divulgação.

60 **4.4.10.** Festa de Abril, dos trabalhadores
61 e do povo, a **Festa do Avante!** nasceu do
62 projecto que temos para o nosso País.
63 Pelas suas características únicas, pelo
64 seu carácter de massas, por ser um
65 símbolo de alegria, liberdade, resistência
66 e coragem é a Festa que a juventude fez
67 sua.

68 A JCP dá um contributo determinante para
69 o êxito da Festa, na sua construção e
70 divulgação, assim como a Festa contribui
71 decisivamente para as próprias
72 características da JCP. Destaca-se a
73 Carrinha da Festa, as bancas de
74 divulgação e venda da EP, a dinamização
75 de torneios, debates, concertos por todo o
76 País, as brigadas e jornadas de
77 construção ou as brigadas de contacto
78 durante a Festa. Enquanto resultado da
79 discussão e trabalho colectivos, potencia
80 o envolvimento de centenas de jovens,

1 muitos dos quais amigos da JCP, novos
2 recrutamentos, a responsabilização de
3 camaradas e a formação de quadros.

4 A descentralização, compra e venda
5 antecipada da EP (Entrada Permanente),
6 um título de solidariedade com o Partido e
7 a Festa!, é uma tarefa de toda a
8 organização, que tem que ser
9 aprofundada.

10 **O Concurso de Bandas Novos Valores**

11 é a maior expressão juvenil da luta em
12 defesa da cultura para todos, da livre
13 criação e fruição cultural, da cultura como
14 pilar da democracia. É responsabilidade
15 de todos dinamizar o Concurso de
16 Bandas, a sua divulgação e envolvimento
17 de outros, a partir das posições da JCP
18 sobre a cultura e da sua ligação aos
19 anseios e reivindicações da juventude.

20 **4.4.12. O trabalho de recolha financeira 21 e gestão dos fundos**

22 da JCP contribui para os objectivos mais gerais que
23 definimos para a organização, assim
24 como devem contribuir para a defesa da
25 independência financeira e ideológica do
26 Partido. Foram dados passos na
27 organização e sistematização do trabalho
28 nas Organizações Regionais da JCP.
29 Mantém-se, contudo, debilidades na
30 recolha da quota e no planeamento do
31 trabalho de fundos a nível regional.

32 No sentido da estruturação do trabalho de
33 fundos importa, associado ao reforço da
34 iniciativa própria das organizações
35 regionais, fomentar a discussão nos
36 colectivos e organismos intermédios em
37 torno da necessidade do reforço da
38 recolha financeira, tendo como objectivo o
39 cumprimento das metas definidas e o
40 objectivo de assegurar a actividade do

41 colectivo com os meios recolhidos. Assim,
42 exige-se a responsabilização, o
43 planeamento, a iniciativa própria na
44 edição de materiais, iniciativas e
45 abordagens.

46 Os jovens comunistas, organizados e
47 unidos com todos os jovens que se
48 revoltam contra as injustiças, lutam pela
49 construção de um mundo novo, pela
50 Escola e Ensino Superior de Abril, pelo
51 aumento dos salários e pelo fim da
52 precariedade, pelo fim de todas as formas
53 de discriminação, pela ruptura com a
54 política de direita e a construção de uma
55 alternativa política patriótica e de
56 esquerda, pela Democracia Avançada,
57 com os valores de Abril no futuro de
58 Portugal, pelo Socialismo e o Comunismo.

Anotações



**Participa na construção do 13.º Congresso da JCP.
Envia as tuas propostas de alteração ao Projecto de
Resolução Política até ao dia 30 de Abril para**

13congresso@jcp.pt



**www.jcp.pt
geral@jcp.pt**

